



**DETERMINANTES DO *SPREAD* BANCÁRIO NA CONJUNTURA ECONÓMICA
DO MERCADO MOÇAMBICANO (2015-2021)**

JOSÉ ANTÓNIO CHICURRANE JÚNIOR

**TRABALHO DE LICENCIATURA SUBMETIDO EM CUMPRIMENTO PARCIAL
DOS REQUISITOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE LICENCIATURA EM
ECONOMIA**

**FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**

MAPUTO, SETEMBRO DE 2025

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro que este trabalho é da minha autoria e que resulta da minha investigação. Esta é a primeira vez que o submeto para obter um grau académico numa instituição educacional.

(José António Chicurrane Júnior)

Maputo, aos _____ de Setembro de 2025

APROVAÇÃO DO JÚRI

**Este trabalho foi aprovado no dia _____ de _____ de _____ por nós,
membros do júri examinador da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo
Mondlane.**

(O Presidente da Mesa do Júri)

(O Arguente)

(O Supervisor)

DEDICATÓRIA

Ao meu Pai, José António Chicurrane,

A minha Mãe, Albertina de Figueiredo C. Namburrete,

Aos meus irmãos, Lirson A. Chicurrane, Marvin J. Chicurrane e Francisco Chicurrane.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo! Pelo amor eterno que preenche minha vida e aos meus irmãos, Marvin, Lirson e Francisco, pelo amor puro e incondicional que têm por mim, e o grandioso apoio que recebo diariamente.

Ao meu Pai, José António Chicurrane, que sempre acreditou em mim, muito me ajudou na forma de pensar e analisar as diferentes circunstâncias da vida, mantendo sempre uma visão ampla e uma mente esclarecida.

A minha mãe, Albertina de Figueiredo Cândido Namburete, por ter me guiado durante todo o processo, sendo a minha mentora, com grande sabedoria que permitiu que tivesse os melhores conselhos fundamentais durante os momentos mais agitados da execução deste trabalho.

Ao professor Nonávio Maunde, pelo apoio, orientação e atenção despendidos durante todo o processo de realização deste trabalho, assim como os meus sinceros agradecimentos ao aprendizado e à experiência de pesquisa desenvolvida sob sua orientação.

Aos meus colegas, companheiros e professores do curso de Licenciatura em Economia da Universidade Eduardo Mondlane que, de forma crucial, me ensinaram e incentivaram nesta longa e frutífera caminhada.

Lista de Abreviaturas e Acrónimos

Associação Moçambicana de Bancos – AMB

Banco Comercial de Investimentos – BCI

Banco de Moçambique – BM

Central de Registos de Crédito – CRC

Facilidade Permanente de Cedência – FPC

Facilidade Permanente de Depósito – FPD

Fundo Monetário Internacional – FMI

Instituto Nacional de Estatística – INE

Millennium BIM – MBIM

Ponto Percentual ou Pontos Percentuais – pp

Produto Interno Bruto – PIB

Standard Bank – SB

Taxa de Juro de Política Monetária – MIMO

Taxas de Bilhetes de Tesouro – TBT's

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
Lista de Abreviaturas e Acrónimos.....	iv
RESUMO.....	viii
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Objectivos.....	2
1.1.1 Geral	2
1.1.2 Específicos.....	2
1.2 Problema de Pesquisa.....	2
1.3 Justificativa do Tema	3
1.4 Metodologia	4
1.4.1 Abordagem	4
1.4.2 Tipo de Pesquisa.....	4
1.4.3 População e Amostra	5
1.4.4. Variáveis.....	5
1.4.5 Técnicas de Análise	6
1.5 Estrutura do Trabalho.....	6
CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA.....	7
2.1 Breve Caracterização do Sistema Financeiro.....	7
2.2 A Estrutura do Sector Bancário.....	7
2.3 Taxas de Juro e <i>Spread</i> Bancário	8
2.4 Determinantes do <i>Spread</i> Bancário.....	9
2.5 Estudos Empíricos.....	12
2.6 Evidências de Moçambique	15
2.7 Conjuntura Económica de Moçambique.....	17
2.8 Política Monetária e Reformas do Mercado entre 2015 e 2021	19
2.9 Perfil dos Clientes Bancários	22

2.9.1 Central de Registos de Crédito	24
2.9.2 O Perfil das Actividades de Maior Incidência de Investimentos.....	25
2.10 Análise Comparativa da Evolução do <i>Spread</i> Bancário	28
CAPÍTULO III: ANÁLISE DE RESULTADOS	30
3.1 Relação entre o Clima Económico e o <i>Spread</i> Bancário	30
3.2 O Clima Económico e o seu Impacto no <i>Spread</i> Bancário de 2015 a 2021	30
3.3 Perfil dos Clientes e seu Impacto no <i>Spread</i> Bancário	42
3.3.1 Crédito à Economia & <i>Spread</i> Bancário	42
3.3.2 Crédito Malparado & <i>Spread</i> Bancário	43
3.3.3 Eficiência e Solvabilidade VS <i>Spread</i> Bancário	45
CAPÍTULO IV: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	47
BIBLIOGRAFIA	49

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Dinâmica do PIB, Inflação, Taxa de Câmbio e Dívida Pública	19
Gráfico 2: Política Monetária entre 2015 e 2021	22
Gráfico 3: Crédito a Economia por Sector de Actividade	28
Gráfico 4: Evolução do <i>Spread</i> Bancário (2015 - 2021)	29
Gráfico 5: Evolução do <i>Spread</i> Bancário, Taxa de Inflação, variação da Taxa de Câmbio...42	
Gráfico 6: Crédito a Economia (2015 a 2021) & <i>Spread</i> Bancário	43
Gráfico 7: Índice de Crédito Mal Parado vs <i>Spread</i> Bancário Moçambicano.....	45
Gráfico 8: Rácio de Eficiência e Solvabilidade Vs <i>Spread</i> Bancário Moçambicano	46

RESUMO

Nos últimos 10 anos, os agentes económicos têm reclamado que as taxas de juros e, conseqüentemente, os *spreads* praticados no sistema bancário de Moçambique são excessivamente elevados. Isso é atribuído aos factores domésticos, tanto microeconómicos (específicos dos bancos comerciais), quanto macroeconómicos do País, em comparação com outros sistemas bancários. Essa situação torna os produtos e serviços financeiros mais caros, limitando a disponibilidade de crédito para investimentos e afectando o desenvolvimento necessário de novos negócios e da economia nacional.

Assim, através de uma pesquisa descritiva e analítica, foram analisados os factores que influenciaram e determinaram os níveis do *spread* bancário em Moçambique no período compreendido entre 2015 e 2021.

A metodologia consiste em três aspectos principais: a conceitualização e caracterização dos factores micro e macroeconómicos e, por fim, uma análise do impacto destes sobre os níveis dos *spreads* bancários determinados pelos bancos comerciais.

É notório que grande parte dos factores mencionados apresenta um impacto significativo nos níveis dos *spreads* bancários. De facto, entre outros, o clima económico, os perfis dos clientes bancários e o perfil das actividades são cruciais para a determinação do *spread* bancário.

Nesta pesquisa, destacam-se algumas medidas que podem ser adoptadas para reduzir o *spread* bancário em Moçambique, tais como o aumento da concorrência no respectivo sector, a redução dos custos operacionais dos bancos comerciais e outras instituições financeiras, a diminuição da concentração e a gestão mais eficaz do risco de crédito no sector bancário.

Palavras-chave: *Spread* Bancário, Taxas de Juro de Referência, Conjuntura Económica.

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

O sector financeiro moçambicano é constituído maioritariamente pelo sector bancário, e este desempenha um papel preponderante na economia, por canalizar a poupança ao investimento produtivo. Entretanto, esse processo de intermediação entre poupadores, ou agentes económicos que detêm recursos, e investidores, ou agentes económicos que precisam de recursos, acarreta custos e riscos que afectam de forma directa o *spread* bancário. As dificuldades no acesso ao crédito bancário em Moçambique são uma realidade, embora se tenha visto um largo crescimento no sector bancário, tanto pelo aumento do número de bancos comerciais ou agências bancárias, como a nível de serviços e da digitalização ou avanço tecnológico.

Em Moçambique, o *spread* bancário tem sido um tema relevante nas discussões sobre o sistema financeiro e suas implicações na economia do país.

Nesse âmbito, o *spread* bancário é visto como a diferença entre a taxa de juro cobrada aos tomadores de crédito e a taxa de juros paga aos depositantes pelos bancos comerciais ou instituições financeiras. O *spread* bancário moçambicano tem tido uma volatilidade moderada e forte, caracterizada por grandes aumentos e grandes reduções, explicados pela conjuntura que a economia vem enfrentando ao longo do período em análise (começando pelas crises, o crescimento tecnológico, o crescimento do mercado de capitais, entre outros) (Brock & Suarez, 2000).

Este trabalho tem como objectivo primário investigar os determinantes do *spread* bancário na conjuntura económica do mercado moçambicano no período entre 2015 e 2021. Durante esses anos, Moçambique passou por diferentes cenários económicos, enfrentando desafios e mudanças significativas.

Ao longo deste estudo, são analisados os principais factores que impactaram o *spread* bancário em Moçambique durante o período em questão. Serão considerados os aspectos macroeconómicos, como inflação, crescimento económico, políticas monetárias e fiscais, bem como as variáveis específicas do sector bancário, como concorrência, qualidade dos activos e eficiência operacional das instituições financeiras.

Além disso, serão exploradas as características institucionais do mercado moçambicano, como o papel dos bancos comerciais, o acesso ao crédito, a regulação financeira e a estabilidade política, a fim de compreender como esses factores podem influenciar o *spread* bancário.

Ao compreender os determinantes do *spread* bancário no contexto moçambicano, será possível compreender valiosos subsídios e/ou pontos de vista sobre o funcionamento do sistema

financeiro e identificar possíveis áreas de intervenção para promover a redução do *spread* bancário, facilitando desse modo o acesso ao crédito para os agentes económicos, como empresas e indivíduos.

1.1 Objectivos

1.1.1 Geral

Analisar os determinantes do *spread* bancário na conjuntura económica do mercado moçambicano entre 2015 e 2021.

1.1.2 Específicos

- Conceituar e avaliar a evolução do *spread* bancário em Moçambique entre 2015 e 2021, considerando a sua relação com a conjuntura económica;
- Compreender e avaliar o impacto do perfil dos clientes bancários sobre o *spread* bancário, identificando factores relevantes que influenciam esse indicador no contexto financeiro moçambicano;
- Identificar medidas e políticas de redução e/ou controle do *spread* bancário, considerando o cenário económico e as actividades económicas com maior incidência de investimentos em Moçambique.

1.2 Problema de Pesquisa

A conjuntura económica do país de 2015 a 2021 não foi das melhores. Por um lado, Moçambique sofreu recorrentes crises que afectaram negativamente as variáveis reais e monetárias da economia. Por outro lado, o desenvolvimento do mercado de capitais e do sector tecnológico que impõe grandes desafios que afectam a forma de trabalhar e de estar da economia, conduzindo assim a uma grande reestruturação da forma de vida no País.

As crises que a economia moçambicana tem vindo a enfrentar, como é o caso da descoberta das dívidas não declaradas em 2015, culminaram, de acordo com o Centro de Integridade Pública (CIP), em uma perda total de aproximadamente 11 bilhões de dólares norte-americanos em 2016 (CIP, 2019:6). Sem falar nos impactos que se registaram no sector empresarial e na sociedade em geral, associados aos choques climáticos causados pelos ciclones tropicais Idai e Kenneth no centro e norte do País, que levaram à queda na produção e a uma perda total

superior a 404.5 milhões de dólares norte-americanos na região central de Moçambique, de acordo com o estudo realizado por Castelo Branco, coordenado pela Confederação das Associações Económicas (CTA), e a crise gerada pela Covid-19 em 2020 e 2021, cujas consequências assolam o País até hoje (Castelo *et al.*, 2019).

Além desses eventos, o crescimento tecnológico vem impondo grandes desafios às economias mundiais, mais especificamente para o sector financeiro, conduzindo Moçambique a um processo de digitalização económica. O Mercado de Capitais, por sua vez, vem ganhando mais expressão no mercado desde 2016, traduzido pelo aumento exponencial da sua capitalização bolsista, através da admissão à cotação de novos títulos, tanto privados como acções, obrigações corporativas e papel comercial, assim como públicos expressos em obrigações de tesouro.

Acredita-se que os eventos acima citados possam ter gerado mudanças significativas nos determinantes de algumas métricas da economia, mais especificamente no sector financeiro, com grandes suspeitas sobre os determinantes do *spread* bancário, que é praticamente a principal medida da rentabilidade entre o custo do empréstimo a curto prazo e o retorno sobre empréstimos de longo prazo.

Portanto, a pesquisa realizada procura responder à seguinte pergunta de partida: **Quais foram os determinantes do *spread* bancário na conjuntura económica de Moçambique no período compreendido entre 2015 e 2021?**

1.3 Justificativa do Tema

A escolha do tema rege-se pelo facto do *spread* bancário constituir um indicador fundamental no sistema financeiro, que reflecte a diferença entre as taxas de juros de captação e concessão de empréstimos pelos bancos comerciais. No contexto do mercado moçambicano, compreender os determinantes do *spread* bancário é de extrema importância para analisar o ambiente económico e avaliar os factores que influenciam o custo do crédito num dado momento.

O período compreendido para o estudo e análise do presente trabalho deve-se aos vários cenários que o País passou ao longo desses anos, isto após àquele ano de 2014, considerado o melhor ano económico de Moçambique, quando o país teve um crescimento económico robusto, impulsionado principalmente pela exploração de recursos naturais, como gás natural e carvão. Esse crescimento foi acompanhado por investimentos estrangeiros significativos. No entanto, factores como a crise da dívida pública e desafios económicos subsequentes afectaram o desempenho do país nos anos seguintes, razão pela qual é importante aferir até que ponto e

magnitude a conjuntura económica afectou os determinantes do *spread* bancário praticado pelos bancos comerciais e pelas instituições financeiras.

1.4 Metodologia

1.4.1 Abordagem

A presente pesquisa adopta uma metodologia descritiva¹ e analítica² com o objectivo de investigar os determinantes do *spread* bancário em Moçambique entre 2015 e 2021. A escolha deste método justifica-se pela sua capacidade de:

- Descrever o fenómeno em questão: O *spread* bancário será analisado em sua trajectória histórica no período de estudo, permitindo a compreensão de sua evolução e das variáveis que o influenciaram.
- Analisar as relações entre as variáveis: A análise gráfica será empregada para compreender a relação da trajectória das variáveis dependentes com a variável independente.
- Compreender o contexto histórico, económico e institucional: A pesquisa buscará contextualizar os resultados da análise quantitativa com o cenário macroeconómico e as características do sistema bancário moçambicano.

1.4.2 Tipo de Pesquisa

A pesquisa é caracterizada como um estudo quantitativo, com ênfase na análise de dados secundários. Serão utilizados dados colectados de fontes confiáveis, como:

- **Banco de Moçambique (BM):** Estatísticas monetárias e financeiras, taxas de juro de referência, taxas de juro interbancária, taxas de juro de depósitos a prazo, índice de inadimplência da carteira de crédito do sistema bancário.
- **Instituto Nacional de Estatística (INE):** Dados macroeconómicos, como crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), taxa de inflação.

¹ **Pesquisa Descritiva:** Visa descrever as características de uma população ou fenómeno, mapeando "o que é" e "como é". Utiliza métodos como levantamento de dados, observação e análise documental para obter um retrato fiel do objecto de estudo (Gil, 2002).

² **Pesquisa Analítica:** Busca explicar as relações de causa e efeito entre variáveis, investigando "por que é assim" e "como chegou a ser assim" o fenómeno. Emprega métodos como experiências, estudos de caso e análise estatística para desvendar os mecanismos que movem o fenómeno, Gil, (2002).

- **Fundo Monetário Internacional (FMI):** Indicadores económicos internacionais, como PIB per capita, taxas de câmbio.
- Relatórios e artigos publicados na internet por instituições de referência, como KPMG e Associação Moçambicana de Bancos (AMB).

1.4.3 População e Amostra

a) População

A população corresponde a um conjunto de indivíduos que partilha de, pelo menos, uma característica comum e que seja estatisticamente representativo do conjunto da população (Levin, 1987). Para este caso, a população é constituída por todos os bancos comerciais e instituições financeiras que operaram em Moçambique no período de 2015 a 2021.

b) Amostra

A amostra para esta pesquisa será constituída pelos três maiores bancos comerciais de Moçambique: o Banco Comercial de Investimentos (BCI); o Millennium BIM (MBIM) e o Standard Bank (SB). A selecção desses bancos justifica-se pelo facto dos seus activos juntos perfazerem mais de 68% do total de activos do sector bancário, conforme pesquisa do sector bancário 2021 realizada pela AMB (A. M. de B. AMB & KPMG, 2021).

1.4.4. Variáveis

Variável Dependente: *Spread* bancário (diferença entre a taxa de juros cobrada nos empréstimos e a taxa de juros paga aos depositantes).

Variáveis Independentes:

a) Factores Macroeconómicos:

- Taxas de juro (taxa de referência do BM, taxa interbancária, taxa de depósitos a prazo).
- Crescimento do PIB.
- Inflação.

b) Factores Microeconómicos:

- Eficiência bancária (razão entre custos operacionais e o total de activos).
- Risco de crédito (índice de crédito malparado da carteira de crédito).

1.4.5 Técnicas de Análise

Análise descritiva: Cálculo de medidas estatísticas descritivas (média, mediana, desvio padrão, distribuição) das variáveis.

Análise de gráficos e tabelas: Visualização dos dados e identificação de padrões e tendências.

1.5 Estrutura do Trabalho

Este trabalho está dividido em quatro capítulos, nomeadamente: Introdução, Revisão da Literatura, Análise de Resultados e Conclusões.

O segundo capítulo faz a revisão da literatura relevante (aspectos directamente relacionados com o tema da pesquisa). O terceiro capítulo apresenta, interpreta e analisa os resultados do estudo e, por fim, o quarto capítulo tece as conclusões do mesmo.

CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Breve Caracterização do Sistema Financeiro

Em uma economia, há agentes económicos que necessitam de empréstimos porque gastam mais do que o rendimento auferido, estes são denominados deficitários. No entanto, existem outros agentes que ganham mais do que aquilo que gastam e como tal necessitam de guardar as suas poupanças, os denominados superavitários. Os intermediários financeiros surgem para canalizar os fundos daqueles que os têm em excesso para aqueles que necessitam desses fundos.

Através dessa concepção, se distinguem dois tipos de intermediação, a referir: Intermediação Directa, o caso referido ao sistema financeiro assente no mercado de capitais e, Intermediação Indirecta, o caso adjacente ao sistema financeiro bancário. Este último exemplo de intermediação é o que mais se destaca em Moçambique, pois este País não apresenta um mercado de capitais muito desenvolvido. Não obstante, o sistema financeiro, constituído maioritariamente por bancos comerciais, torna-se quase um monopólio, pois não existe concorrência a nível dos sistemas supracitados.

Nesse âmbito, os bancos comerciais são chamados a assumir o risco na intermediação financeira. Entretanto, para assegurar a solidez na prestação desse serviço, os Bancos cobram uma taxa designada por *spread bancário*, sendo a diferença entre a taxa de juros cobrada aos tomadores de crédito e a taxa de juros paga aos depositantes pelos Bancos (Brock & Suarez, 2000).

Numa outra vertente, pode se definir o *spread bancário* como sendo uma medida de rentabilidade entre o custo do empréstimo a curto prazo e o retorno sobre empréstimos de longo prazo (Ugwuegbe *et al.*, 2015).

2.2 A Estrutura do Sector Bancário

A parte mais significativa da actividade empresarial em Moçambique é financiada directa ou indirectamente pelo sector bancário, financiando em cerca de 274,15 mil milhões de meticais em 2020 (AMB & KPMG, 2021).

Refere ainda a mesma fonte que a estrutura do sector bancário moçambicano se manteve inalterada desde 2019, estando a operar no mercado 19 bancos comerciais, sendo dominado por três principais bancos (o BCI, o MBIM e o SB), os quais perfazem mais de 68% dos activos totais, total de depósitos, total de empréstimos e adiantamentos para o sector.

2.3 Taxas de Juro e *Spread* Bancário

Existem duas grandes versões sobre o verdadeiro conceito da taxa juro, a keynesiana (mais conhecida como Teoria da Preferência por Liquidez) e a clássica (mais conhecida por Teoria dos Fundos Empréstáveis).

Sugere-se, numa primeira instância, que a taxa de juro é o valor pago pelo empréstimo de dinheiro num ano após obter o referido empréstimo (Fisher, 1930).

Por sua vez, a Teoria da Preferência por Liquidez considera que a taxa de juro é a recompensa por se abrir mão da liquidez por um período de tempo específico, o que implica que, se a taxa de juro diminuir, ou seja, se a recompensa por se desfazer da liquidez diminuir, o valor agregado que o público gostaria de reter excederia o valor disponível, e caso contrário (se aumentassem os juros), haveria um excedente de caixa que ninguém estaria disposto a manter (Keynes, 1936).

Na abordagem neoclássica da taxa de juro, destaca-se a Teoria dos Fundos Empréstáveis, segundo a qual, a taxa de juro é determinada pela oferta e procura de fundos empréstáveis (Oreiro *et al.*, 2006).

Por outro lado, aponta-se que a taxa de juro determina a igualdade entre a procura da poupança, resultante de um novo investimento que pode ser efectuada a uma taxa de juro específica, e a oferta de poupança (definida pela propensão a poupar dos indivíduos) (Carvalho *et al.*, 2000).

A definição a ser considerada neste trabalho será a definição da Teoria da Preferência por Liquidez. Desta feita, pode-se distinguir a taxa de juro nominal da taxa de juro real.

As taxas de juro nominais constituem-se em um pagamento expresso em percentagem, seja mensal, trimestral, anual, entre outros, que um tomador de empréstimo faz ao prestador, em troca de uma determinada quantia em dinheiro, ou seja, a taxa de juro nominal mede o preço pago ao poupador por suas decisões de poupar, incluindo a perda que sofre por efeito da inflação, enquanto a taxa de juro real mede o retorno de uma aplicação em termos de quantidades de bens e serviços, isto é, já descontada a taxa de inflação. Os autores referem ainda que se não houver inflação no período, a taxa de juro nominal será igual à taxa de juro real desse mesmo período de tempo (Lopes & Vasconcellos, 2014).

Devido à grande importância da taxa de juro, quando muda o nível de juros, todos os mercados da economia são afectados. Quando sobe a taxa básica, sobe o custo para tomadores de fundos, bem como a remuneração dos aplicadores de recursos (*Ibidem*, 2014).

Uma alta de juros também:

- aumenta o custo de oportunidade de armazenar mercadorias, dada a atractividade de aplicar no mercado financeiro;
- incentiva o ingresso de recursos financeiros de outros países;
- é um importante instrumento anti-inflacionário, ao controlar o consumo agregado, seja pelo encarecimento do custo do crédito, seja por estimular aplicações financeiras;
- pode desestimular o investimento produtivo, pois estimula aplicações especulativas no mercado financeiro;
- aumenta o custo da dívida pública interna.

Como já definido, o *spread* bancário mede a rentabilidade entre o custo do empréstimo a curto prazo e o retorno sobre empréstimos de longo prazo. Entretanto, o *spread* pode ser distinguido de duas formas como se seguem: o *spread* bancário *ex-ante* e o *spread* bancário *ex-post*. O *spread* bancário *ex-ante* é a diferença entre a taxa de juro de empréstimo e a taxa de juro de captação de depósitos e o *spread* bancário *ex-post* mede o resultado da intermediação financeira realizada pelos bancos comerciais, de acordo com as receitas geradas pelas operações de crédito e com o custo efectivo de captação dos recursos.

“o spread ex-ante é mensurado a partir das decisões de precificação das taxas de captação e empréstimos, por parte das instituições bancárias, reflectindo, portanto, suas expectativas em relação à demanda, à inadimplência, à concorrência, entre outras variáveis; o spread ex-post é apurado em razão das receitas efectivamente geradas pelas operações de crédito e dos custos de captação dos recursos empregados, o que traduz o resultado da intermediação financeira” (Leal, 2007 *apud* Dantas *et al.*, 2012).

2.4 Determinantes do *Spread* Bancário

A literatura teórica convencional sobre os determinantes do *spread* bancário tem se desenvolvido em torno de duas principais abordagens: (a) o modelo de monopólio e (b) o modelo de intermediação (Oreiro *et al.*, 2006).

a) Modelo de Monopólio

A primeira abordagem foi trazida no trabalho seminal de Klein em 1971. Nesta abordagem, o Banco é visto como uma “**firma**” cuja principal actividade é a produção de serviços de depósitos e de empréstimos por intermédio da empregabilidade de uma tecnologia de produção de serviços bancários, representada por uma função de custo do tipo $C(D,L)^3$ (Ibidem, 2006).

³ Em que D é o volume de depósitos “produzido” pelo banco e L é o volume de empréstimos, (Oreiro *et al.*, 2006).

A ideia chave por detrás do modelo de monopólio, é que o banco tem o poder de um monopolista tanto no mercado de crédito como no mercado de depósitos, significando assim que as taxas de juro que remuneram os depósitos, assim como as taxas de juro que são cobradas pelo crédito concedido, são fixadas pelo Banco. Neste caso, o Banco é um formador do preço, do inglês *Price Maker*.

Portanto, nesta abordagem, o *spread* bancário reflecte fundamentalmente o “**grau de monopólio**” do banco comercial, ou seja, a sua capacidade de cobrar um preço maior do que o custo marginal de produção dos serviços por ele oferecidos.

Assim, existe uma necessidade de calcular a margem óptima de intermediação nos empréstimos e nos depósitos, assumindo que o Banco é **neutro ao risco**⁴ e que o seu comportamento é pautado pela maximização de lucros, com as equações que se seguem respectivamente (Oreiro *et al.*, 2006):

$$\frac{1}{\varepsilon_L^*} = \frac{r_L^* - (r + C'_L)}{r_L^*} \quad (1)$$

Onde:

ε_L^* = elasticidade - juros da procura de empréstimos; r_L^* = taxa de juros cobrada dos empréstimos feitos pelo Banco; C'_L = o custo marginal dos serviços de empréstimos e r = taxa de juro prevalecente no mercado interbancário.

$$\frac{1}{\varepsilon_D^*} = \frac{r(1-\alpha) - C'_D - r_D^*}{r_D^*} \quad (2)$$

Onde:

ε_D^* = elasticidade - juros da oferta de depósitos; r_D^* = taxa de juros paga pelos depósitos feitos no banco; C'_D = custo marginal dos serviços de depósitos; r = taxa de juro prevalecente no mercado interbancário e α = reservas compulsórias como proporção do volume de depósitos do Banco.

⁴ Isso significa dizer que o banco só se preocupa com o valor esperado dos seus lucros, não dando importância à dispersão dos lucros em torno do valor esperado. Neste caso, objectivo do Banco será a maximização do lucro esperado, em vez da maximização da utilidade esperada do lucro.

b) Modelo de Intermediação

A segunda abordagem foi formulada no trabalho seminal de Ho & Saunders em 1981. Neste modelo, o Banco não é visto como uma firma com poder de monopólio, mas sim como um simples intermediário entre o tomador final (as firmas) e o prestador último (as famílias), cuja principal característica é a aversão ao risco (Maudos & Fernandez de Guevara, 2004) e (Oreiro *et al.*, 2006).

Neste caso, os Bancos devem fixar a sua taxa de juro de depósitos e de empréstimos tendo em conta a procura e oferta de fundos, como forma de se proteger contra o risco de variação das taxas de juro. Por exemplo, em momentos de procura por fundos maior que a capacidade de oferta dos mesmos por parte do Banco, este terá de recorrer a empréstimos no mercado interbancário para cobrir o excedente de procura (Maudos & Fernandez de Guevara, 2004).

“Os bancos que são aversos ao risco e precisam lidar com as demandas por empréstimos e ofertas de depósitos que os alcançam de forma assimétrica ao longo do tempo, devem definir as taxas de juro sobre os empréstimos (r_L) e os depósitos (r_D) de maneira otimizada, a fim de minimizar o risco derivado da incerteza das taxas de juros nos mercados monetários, aos quais precisam recorrer em caso de demanda excessiva por empréstimos ou oferta insuficiente de depósitos” (Maudos & Fernandez de Guevara, 2004).

Neste caso, as taxas de juro dos depósitos, assim como a taxa de juros dos empréstimos, serão determinadas tendo em conta a margem relativa da taxa de juro do mercado monetário, conforme mostram as equações 3 e 4.

$$r_D = r - a \quad (3)$$

$$r_L = r + b \quad (4)$$

Onde:

r_D = taxa de juro paga pelos depósitos feitos no Banco; r_L = taxa de juros cobrada dos empréstimos feitos pelo Banco; a & b = margem relativa da taxa de juro do mercado monetário dos depósitos bancários e dos empréstimos bancários, respectivamente.

Portanto, o *spread* bancário será determinado de acordo com a equação 5 (Maudos & Fernandez de Guevara, 2004):

$$s = r_L - r_D = a + b \quad (5)$$

Onde:

$s = spread$ bancário; r_D = taxa de juro paga pelos depósitos feitos no Banco; r_L = taxa de juro cobrada dos empréstimos feitos pelo Banco; a & b = margem relativa da taxa de juro do mercado monetário dos depósitos bancários e dos empréstimos bancários, respectivamente.

O presente trabalho terá em conta o Modelo de Intermediação devido ao número de bancos comerciais existentes na praça nacional, o que descarta a possibilidade de Monopólio.

2.5 Estudos Empíricos

A estrutura do mercado financeiro, juntamente com as regulamentações institucionais, influencia o desempenho dos intermediários financeiros. Ou seja, a forma como os mercados são organizados e as regras estabelecidas pelos órgãos reguladores podem afectar directamente as actividades e a rentabilidade dos bancos (Demirgüç-Kunt *et al.*, 2004).

Os custos administrativos têm um efeito significativo na eficiência de custo do Banco, afectando a margem de juros e, portanto, a lucratividade dos bancos comerciais. Dados apontam que os bancos em países latino-americanos tendem a ter margens de taxas de juro mais altas em comparação com outros países vizinhos. Isso ocorre devido aos custos de intermediação elevados, que são os custos associados à captação de recursos (depósitos) e à concessão de empréstimos (Gelos, 2006).

Além disso, a baixa eficiência operacional desses bancos contribui para a manutenção dessas altas margens. Além dos custos de intermediação e baixa eficiência, altos índices dos coeficientes de reservas obrigatórias⁵ também contribuem para as altas margens das taxas de juro em bancos latino-americanos. Isto é, quando os bancos comerciais são obrigados a manter reservas mais altas, isso reduz a quantidade de dinheiro disponível para empréstimos, levando a margens de juro mais altas para compensar essa escassez de recursos disponíveis para empréstimos (*Ibidem*, 2006).

São diversos factores que influenciam a margem das taxas de juro, destacando o papel do *deficit* fiscal do Governo, taxa de desconto, taxa de inflação e nível de circulação de dinheiro no mercado. Esses elementos económicos desempenham um papel fundamental na determinação das condições de financiamento e na formulação da Política Monetária, exercendo impacto

⁵ Reservas são os fundos que os bancos comerciais são obrigados a manter em depósito junto ao Banco Central ou outras instituições financeiras se as condições assim o exigirem.

directo sobre as taxas de juro e, por conseguinte, sobre as margens de juro dos bancos (Folawewo & Tennant, 2008).

A eficiência dos bancos comerciais está intrinsecamente relacionada às suas margens de juro. Os bancos que operam de maneira mais eficiente têm a capacidade de oferecer empréstimos a taxas mais baixas e de captar depósitos a taxas mais competitivas, reflectindo em margens de juro menores (Horvath, 2009).

A estabilidade de preços e uma adequada adequação de capital também emergem como factores essenciais para sustentar margens de juro mais baixas, criando um ambiente económico previsível e reduzindo o risco de insolvência dos bancos (*Ibidem*, 2009)

É possível também observar uma relação substancial entre os custos operacionais dos bancos e o *spread* bancário. Custos operacionais elevados podem pressionar os bancos a aumentar suas margens de juro para preservar a rentabilidade. Portanto, a redução dos custos operacionais pode ser uma estratégia eficaz para os bancos operarem com margens de juro mais baixas, incrementando a sua eficiência e competitividade no mercado (*Ibidem*, 2009).

Os estudos conduzidos pelo FMI oferecem uma análise univariada dos *spreads* em economias de transição. Os resultados revelam que os *spreads* de taxas de juro nessas economias variam consideravelmente e tendem a diminuir significativamente nos estágios finais da transição (De Nicolo *et al.*, 2003).

Essa diminuição nos *spreads* de taxas de juro foi atribuída principalmente à queda das taxas de inflação. Durante os estágios iniciais da transição económica, muitas economias em transição enfrentaram altas taxas de inflação, o que levou a *spreads* de taxa de juros elevados devido ao aumento do risco de crédito e incerteza nos mercados financeiros. No entanto, à medida que essas economias progrediam para estágios mais avançados da transição e implementavam políticas destinadas a controlar a inflação, as taxas de inflação começavam a cair. Com a redução das taxas de inflação, os *spreads* de taxas de juro também diminuía, reflectindo uma maior estabilidade macroeconómica e financeira.

Utilizando dados agregados de taxas de juro para 29 países durante o período de 1975 a 1983, apontou-se para uma correlação positiva entre as margens das taxas de juro e a inflação, mesmo tendo em conta determinantes das margens das taxas de juro como os impostos explícitos e implícitos, e também outros factores como custos e lucros bancários, economias de escala e estrutura de mercado (Hanson & Rocha, 1986).

Essa descoberta sugere que, durante o período analisado, as margens das taxas de juro tendiam a aumentar à medida que a inflação aumentava. Isso pode ser explicado de várias maneiras. Por

exemplo, durante períodos de inflação mais alta, os custos operacionais dos bancos podem aumentar devido a pressões inflacionárias nos salários e nos preços dos insumos. Além disso, a incerteza associada à inflação mais alta pode levar os bancos a aumentar suas margens de segurança, o que se reflecte em margens de juro mais amplas.

Os impostos explícitos e implícitos também desempenham um papel significativo na determinação das margens das taxas de juro. Os impostos explícitos afectam directamente os custos e os lucros dos bancos, enquanto os impostos implícitos, como a inflação, podem reduzir o valor real dos activos financeiros, influenciando assim as margens de juro.

Além disso, factores como economias de escala e estrutura de mercado também podem afectar as margens das taxas de juro. Bancos que operam em mercados mais competitivos ou que se beneficiam de economias de escala podem ser capazes de oferecer margens de juro mais baixas devido à pressão competitiva ou à eficiência operacional.

Um estudo canadense conduzido por Yu (1995) testou uma série de hipóteses sobre as margens das taxas de juro dos bancos com base em uma função objectiva do banco neutra ao risco, que era maximizar o retorno sobre o capital próprio. Pareceu haver um efeito consistente de tamanho na determinação das margens das taxas de juro que favoreceu os grandes bancos no Canadá.

O autor também mostrou que a margem aumentava com a relação capital/activo do Banco, de modo que o aumento do custo de capital, resultante da regulamentação do capital bancário, parecia ser transferido para os tomadores de empréstimos. No entanto, nenhuma ligação directa entre margens de juro e despesas bancárias não relacionadas a juros foi identificada.

Em 1996, o autor Wong descobriu que a margem de juros do banco está positivamente relacionada ao poder de mercado do Banco, que envolve custos operacionais, risco de crédito e o grau de risco de taxas de juro. Verificou-se que o aumento do capital próprio de um Banco teve um efeito negativo na margem quando os bancos enfrentavam poucos riscos de taxas de juro.

Em 1997, Angbazo testou a hipótese de que bancos comerciais com empréstimos mais arriscados e maior exposição ao risco de taxas de juro seleccionaram taxas de empréstimos e depósitos que alcançaram maiores margens líquidas de juro. Usando dados do *Call Report* para diferentes classes de tamanho de bancos para 1989-1993, o autor mostrou que as margens líquidas de juro dos bancos comerciais reflectiram tanto os prêmios de inadimplência quanto os de risco de taxas de juro.

Os custos operacionais constituem os custos de pessoal e administrativos que, por sua vez, são transferidos para os mutuários e depositantes, e normalmente formam a maior componente nas taxas de empréstimo e *spreads* (De la Torre *et al.*, 2006).

Os custos operacionais são normalmente menores em sistemas bancários maiores, que inicialmente têm mais capacidade de gerar economias de escala e um ambiente de negócios favorável que, entre outras coisas, permite uma maior e mais precisa triagem dos mutuários, com maiores probabilidades de um melhor cumprimento do contrato e maior garantia recuperação.

Alta taxa de *spread* indica baixa eficiência do sistema bancário e mercado não competitivo. O alto valor dessa variável indica regulamentação inadequada e alto nível de assimetria de informação e reflecte o alto risco da actividade bancária. Nestas circunstâncias, a instabilidade dos bancos aumenta (Nazarian & Hashemi Nejad, 2010).

Economistas sugerem que bancos eficientes e com melhor desempenho reduzam os seus custos e assim possam alocar mais participação de mercado para si. De acordo com essa visão, o ambiente competitivo pode criar um sistema bancário mais eficiente e focado. A existência de instituições legais impede o monopólio no sector do sistema bancário, de modo a favorecer o aumento da taxa de *spread* (Demirguc-Kunt *et al.*, 2003).

2.6 Evidências de Moçambique

O estudo conduzido por Pantie em 2008, intitulado "*Principais Determinantes do Spread de Juros em Moçambique: 2001-2006*", ressaltou os factores que moldaram o cenário dos juros no País durante esse período específico.

A pesquisa abordou uma variedade de factores, desde custos operacionais até o risco de crédito, poder de mercado bancário, solvabilidade, rentabilidade e indicadores macroeconómicos, como crescimento do PIB e taxa de inflação.

Os resultados revelaram uma série de associações entre esses factores e o comportamento dos *spreads* de juros. Por exemplo, o aumento do risco de crédito foi correlacionado positivamente com os *spreads* de juros, sugerindo que a elevação da inadimplência levou a maiores provisões para riscos de crédito e, conseqüentemente, a *spreads* mais altos.

De forma semelhante, o estudo destacou o poder de mercado no sistema bancário como um factor influente. Uma falta de competitividade entre os bancos resultou em uma capacidade significativa de determinar os preços, levando a *spreads* potencialmente mais altos para

compensar custos operacionais ou em um ambiente de mercado oligopolizado. Além disso, a análise apontou que o aumento da exigência de solvabilidade dos bancos estava associado a *spreads* mais elevados, sugerindo que os bancos podem pensar em compensar os custos adicionais impostos pela regulação.

No entanto, alguns resultados inesperados surgiram em relação à rentabilidade dos fundos próprios e à taxa de reservas obrigatórias, assim como a duas variáveis adicionais, a Facilidade Permanente de Cedência (FPC) e o crescimento real do PIB, que mostraram associações positivas, mas estatisticamente insignificantes com os *spreads* bancários.

Por fim, o estudo também identificou variáveis que contradisseram as expectativas, como o rácio de eficiência e a taxa de inflação, enfatizando a complexidade do cenário dos juros em Moçambique e a importância de uma análise holística para compreendê-lo totalmente.

Esses aspectos ressaltam a necessidade de uma abordagem multifacetada ao entender os determinantes do *spread* de juros em Moçambique. Outro estudo foi conduzido por Melembe em 2018 intitulado "*Os Determinantes do Spread Bancário em Moçambique: 2008-2016*", que visou analisar o impacto das taxas directoras sobre o nível de *spread* bancário.

Esse estudo identificou os seguintes determinantes: (a) custos operacionais; (b) risco de crédito; (c) eficiência de gestão; (d) rácio de concentração; (e) FPC; (f) Facilidade Permanente de Depósito (FPD); (g) taxas de Bilhetes de Tesouro (TBT's); (h) taxa de crescimento do PIB; (i) taxa de inflação e (j) o coeficiente de determinação.

Os resultados destacam que o aumento dos custos operacionais em 1 ponto percentual (pp) está associado a um aumento de 0,182 pp no *spread* bancário em Moçambique, mantendo os outros factores constantes.

Da mesma forma, um aumento de 1 pp no risco de crédito resulta em um aumento de 0,359 pp no *spread* bancário, *ceteris paribus*.

Surpreendentemente, a eficiência de gestão exibiu um sinal negativo e estatisticamente significativo, indicando que um aumento de 1 pp na eficiência de gestão leva a uma redução de 0,013 pp no *spread* bancário, mantendo os demais factores constantes.

Os resultados relacionados à FPC e FPD foram inconclusivos, uma vez que os coeficientes associados a essas variáveis foram estatisticamente insignificantes. Da mesma forma, as TBT's não demonstraram uma grande relação com o *spread* bancário, pois apresentaram um coeficiente negativo e estatisticamente insignificante.

Quanto às variáveis macroeconómicas, tanto a taxa de crescimento do PIB quanto a taxa de inflação não apresentaram uma relação estatisticamente significativa com o *spread* bancário em Moçambique.

2.7 Conjuntura Económica de Moçambique

Antes de se descrever a conjuntura económica de Moçambique entre 2015 e 2021, é imperioso descrever como a economia de Moçambique se caracterizava cinco anos antes.

Ao longo do período compreendido entre os anos de 2010 e 2014, a economia moçambicana testemunhou um notável crescimento, impulsionado por uma variedade de factores determinantes. De acordo com os anuários estatísticos do INE, (2010 a 2023), este período foi marcado por uma taxa média anual de crescimento do PIB de 7,5%, resultado da convergência de diversos elementos que dinamizaram a actividade económica do País.

Uma das principais forças propulsoras desse crescimento foi o significativo investimento em megaprojectos de gás natural e carvão. De acordo com o Instituto Nacional de Petróleo (2014), em 2010, foram descobertos 150 triliões de pés cúbicos de reservas de gás natural na Bacia do Rovuma, na província de Cabo Delgado. Essa descoberta representou uma oportunidade excepcional para o país, levando a investimentos substanciais no sector energético, incluindo a plataforma Coral Sul, que iniciou a produção em 2013.

Paralelamente, aproximadamente US\$ 2,5 biliões foram investidos em Moatize, na província de Tete, para a exploração de carvão, contribuindo significativamente para a expansão económica.

Além disso, o sector agrícola experimentou um notável aumento na produção, com destaques para os segmentos de algodão e cana de açúcar. Segundo dados do INE (2014), em 2010, a produção de algodão totalizou aproximadamente 41 mil toneladas, enquanto em 2014, esse número aumentou para cerca de 97 mil toneladas, representando um crescimento de mais de 100%. No caso da cana de açúcar, a produção foi de aproximadamente 2.729 mil toneladas em 2010, e até 2014, esse número aumentou para cerca de 3.620 mil toneladas, reflectindo um crescimento de 32%. Esse crescimento no sector agrícola foi complementado pelo vigoroso desempenho do sector de serviços, impulsionado pela expansão dos sectores de construção, turismo e telecomunicações.

No entanto, embora tenha havido avanços económicos significativos, o país ainda enfrentou uma série de desafios persistentes. A dependência excessiva dos recursos naturais, em

particular, destacou a necessidade premente de diversificação económica. Além disso, a burocracia, a infraestrutura inadequada e a corrupção criaram obstáculos significativos no desenvolvimento do ambiente de negócios.

Em termos de indicadores económicos, de acordo com a série de dados do BM (2022), houve uma apreciação do Metical em relação ao Dólar Americano, passando de 30 Meticais por Dólar Americano (MZN/USD) em 2010 para 25 MZN/USD em 2014, representando uma apreciação de 16,67%. No entanto, a dívida pública como proporção do PIB aumentou consideravelmente, passando de 38% em 2010 para 82% em 2014, representando um aumento de 115,79%, (MEF, 2014).

Conforme ilustra o gráfico abaixo, durante o período de 2015 a 2021, Moçambique enfrentou uma série de desafios económicos significativos que impactaram profundamente sua estabilidade e crescimento. Um dos eventos mais marcantes foi a revelação das dívidas não declaradas (vulgo dívidas ocultas) em 2015, resultando em sérias repercussões económicas. O governo moçambicano revelou a existência de dívidas ocultas no valor de US\$ 1,4 bilião, o que abalou a confiança dos investidores internacionais. Isso levou à suspensão da ajuda externa e ao aumento do custo da dívida.

Em termos de taxa de câmbio, o Metical sofreu flutuações significativas em relação ao Dólar dos EUA durante esse período. O pico da taxa de câmbio ocorreu em 2020, quando atingiu a taxa de câmbio média anual 69,47, representando um aumento de 11,08% em relação ao ano anterior que era de 62,55. Por exemplo, após a revelação das dívidas ocultas em 2015, houve uma depreciação acentuada do Metical em relação ao Dólar, com a taxa de câmbio média anual subindo para 62,57 em 2016, representando um aumento de 63,45% em relação ao ano anterior.

Além disso, Moçambique é altamente vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas, como evidenciado pelas inundações devastadoras em 2015 e 2019. Esses eventos naturais causaram danos significativos às infraestruturas e à agricultura, exacerbando a insegurança alimentar e desencadeando uma crise humanitária.

A pandemia global da COVID-19, iniciada em 2020, agravou ainda mais a situação macroeconómica do País. Moçambique experimentou sua primeira recessão em quase três décadas, com uma contração no PIB de 1,2%. Sectores-chave como turismo, comércio e serviços foram gravemente afectados, resultando na perda de milhares de empregos e na redução do rendimento da população.

Em termos de desempenho económico, o crescimento do PIB de Moçambique foi marcado por altos e baixos durante o período analisado. O crescimento moderado nos primeiros anos foi

seguido por uma contração em 2020. De 2015 a 2018 o crescimento da economia moçambicana manteve-se numa média de 4,41% por ano. No entanto, houve uma desaceleração nos anos seguintes, com uma queda de 1,35 pp, em relação a média em 2019, e 4,48 pp, em relação a média em 2020. Em 2021, o crescimento económico registou uma recuperação de cerca de 2,33%, apresentando assim uma recuperação de 1,13 pp em relação ao ano anterior.

A inflação também apresentou uma tendência variada durante o período analisado. Após atingir picos em 2016, com 25,7%, em parte devido aos efeitos das dívidas não declaradas, incluindo interrupções nas cadeias de suprimentos e aumento dos custos de importação. Nos períodos subsequentes, foram-se registando quedas dos níveis da inflação, em resultado dos esforços das autoridades monetárias para estabilizar a economia e conter pressões inflacionárias.

Além disso, a Dívida Pública de Moçambique cresceu significativamente durante o período analisado, atingindo níveis preocupantes em relação ao PIB. Em 2015, a Dívida Pública representava 82% do PIB, enquanto em 2021, esse número aumentou para 108%.

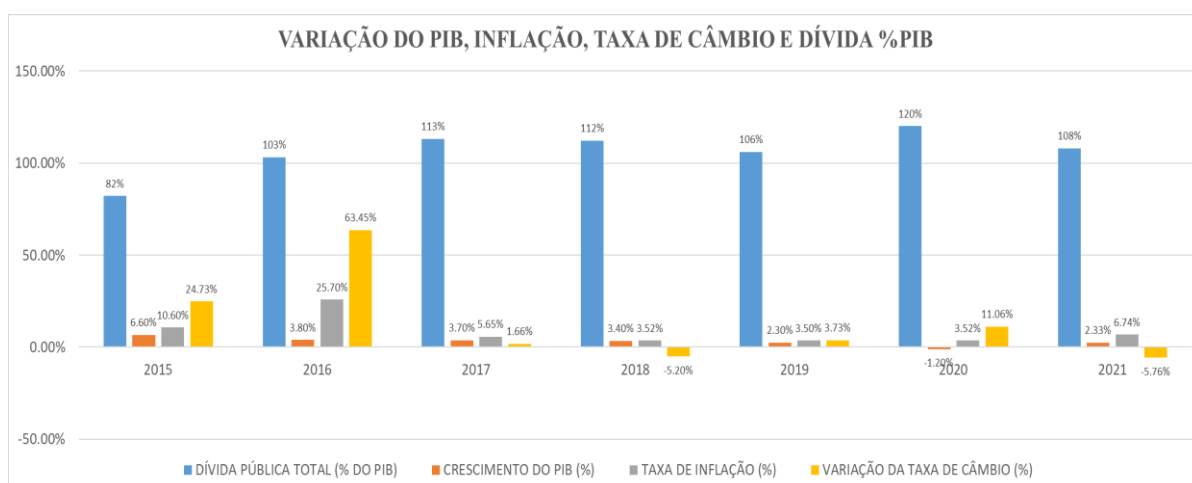


Gráfico 1: Dinâmica do PIB, Inflação, Taxa de Câmbio e Dívida Pública

Fonte: Elaborado pelo autor com base na série de dados (INE, 2023)

2.8 Política Monetária e Reformas do Mercado entre 2015 e 2021

A Política Monetária desempenha um papel fundamental na estabilidade económica e no desenvolvimento de qualquer país. Durante o período de 2015 a 2021, Moçambique testemunhou uma série de mudanças significativas na política monetária adoptada, caracterizadas por comportamentos distintos em três períodos distintos.

a) 2015 – 2017: Política Monetária Restritiva

Durante o primeiro período, de 2015 a 2017, a Política Monetária em Moçambique foi caracterizada por uma abordagem excessivamente restritiva por parte do Banco de

Moçambique. Isso se reflectiu em uma série de aumentos significativos nas taxas de juros, tanto na taxa de FPD quanto na taxa de FPC.

Em Janeiro de 2015, a FPD situava-se em 1,5% e a FPC em 7,5%. No entanto, ao longo desse período, o Banco de Moçambique optou por aumentar agressivamente essas taxas, em uma tentativa de conter a inflação e estabilizar a economia.

Até Janeiro de 2017, a FPD atingiu aproximadamente 16,23%, enquanto a FPC subiu para cerca de 23,25%. Esses aumentos substanciais nas taxas de juros foram motivados por preocupações com a inflação e pressões económicas internas e externas, que exigiam medidas drásticas para conter o aumento dos preços e restaurar a confiança no sistema financeiro.

Essa postura monetária restritiva tinha como objectivo desencorajar o consumo e o investimento, a fim de controlar a inflação e estabilizar a economia.

b) 2017 – 2020: Política Monetária Expansiva

Durante o período de 2017 a 2020, o Banco de Moçambique implementou uma Política Monetária Expansiva com o objectivo de estabilizar o sistema financeiro e a economia do País.

Em 2017, o Banco Central introduziu a Taxa de Juro de Política Monetária (MIMO), que se tornou o principal indicador e taxa de intervenção do Banco de Moçambique no Mercado Monetário Interbancário (MMI) no prazo *overnight*. Segundo o relatório de Banco Mundial de 2023 (BM, 2023), a taxa MIMO foi introduzida com o intuito de reforçar o mecanismo de formação das taxas de juros na economia e torná-lo mais transparente, em conformidade com as boas práticas internacionais.

Durante esse período, a Política Monetária foi caracterizada pela redução das taxas de juros de FPC, FPD e MIMO. Em Julho de 2017, as taxas estavam em 22,75%, 16,25% e 21,75%, respectivamente. No entanto, ao longo desse período, houve uma redução significativa dessas taxas, com elas alcançando 13,25%, 7,25% e 10,25%, respectivamente.

Essa redução nas taxas de juros foi facilitada pela melhoria da pressão inflacionária que o País atravessava no período, juntamente com o objectivo do Banco de Moçambique em estimular a actividade económica e promover o crescimento. Durante a pandemia, as incertezas económicas e as restrições à actividade empresarial e ao consumo geraram uma necessidade urgente de medidas para sustentar a economia e fornecer apoio financeiro às empresas e famílias afectadas.

Assim, a redução das taxas de juros de Política Monetária foi parte de uma resposta abrangente para mitigar os impactos económicos adversos da pandemia da COVID-19, fornecendo estímulo adicional à economia e ajudando a impulsionar a recuperação económica do País.

c) 2020 – 2021: Política Expansiva e Restritiva (Consolidação da COVID-19)

Durante o período de 2020 a 2021, a Política Monetária de Moçambique foi profundamente influenciada pelos desafios económicos e sociais decorrentes da pandemia da COVID-19.

Como em muitos outros países, Moçambique enfrentou uma desaceleração económica significativa, uma queda na actividade empresarial e um aumento do desemprego devido às medidas de contenção adotadas para conter a propagação do vírus (Berho *et al.*, 2021).

Para lidar com esses desafios, o Banco de Moçambique adoptou uma série de medidas de Política Monetária destinadas a mitigar os impactos adversos da pandemia na economia. Uma das principais ferramentas utilizadas foi a redução das taxas de juros, uma estratégia comum em tempos de crise para estimular o investimento e o consumo. Em 2020, as taxas de juros de referência em Moçambique foram ajustadas em resposta aos desafios económicos decorrentes da COVID-19 e às dinâmicas globais.

Em Janeiro de 2020, o Banco de Moçambique estabeleceu as seguintes taxas: a taxa MIMO estava em 12,75%, a FPC em 15,75% e a FPD em 9,75%. Essas taxas reflectiam as condições económicas e financeiras prevalentes naquele período, marcado por certa estabilidade, mas também por desafios crescentes.

À medida que o ano progredia e a pandemia afectava a economia global, o Banco de Moçambique adoptou medidas para estimular a actividade económica e enfrentar as pressões inflacionárias. Em Dezembro de 2020, as taxas de juros foram ajustadas para acomodar essas mudanças: a MIMO foi reduzida para 10,25%, a FPC permaneceu em 13,25% e a FPD foi estabelecida em 7,25%. Essa política de flexibilização visava incentivar o investimento e o consumo, bem como mitigar o impacto económico da pandemia.

Já em 2021, houve uma mudança de direcção na Política Monetária em resposta às pressões inflacionárias crescentes e às perspectivas económicas. De acordo com o comunicado N° 04/2021 do Banco de Moçambique (BM, 2021) a inflação anual situou-se em 5,52% em Junho, reflectindo principalmente a depreciação do Metical. A inflação subjacente também aumentou ligeiramente, indicando uma possível aceleração da inflação a curto e médio prazo,

impulsionada pelo aumento previsto dos preços dos alimentos e do petróleo no mercado internacional.

Além disso, o BM previu uma recuperação económica gradual em 2021 e 2022, com um modesto crescimento do PIB de 0,12% no primeiro trimestre de 2021, impulsionado pela agricultura e serviços públicos. No entanto, antecipava-se uma retomada lenta do crescimento económico pré-pandemia, devido às restrições no espaço da Política Monetária e no Orçamento do Estado, além dos recursos externos limitados. Apesar das perspectivas cautelosas, a Dívida Pública Interna cresceu, atingindo 206,7 mil milhões de meticais no final de Maio de 2021, um aumento de 1,2 mil milhões. Em contraste, as reservas internacionais permaneceram sólidas, totalizando USD 3,8 mil milhões, suficientes para cobrir mais de seis meses de importações de bens e serviços.

Em resposta a essas condições económicas e perspectivas apresentadas, o Banco de Moçambique optou por ajustar a Política Monetária. Uma das principais medidas tomadas foi o aumento das taxas de juros de referência, incluindo a FPD, a FPC e a MIMO. Essas taxas foram ajustadas para conter as pressões inflacionárias e estabilizar a economia. Por exemplo, as taxas que estavam em 7,25%, 13,25% e 10,25%, em Dezembro de 2020, subiram para 10,25%, 16,25% e 13,25%, respectivamente em Dezembro de 2021.

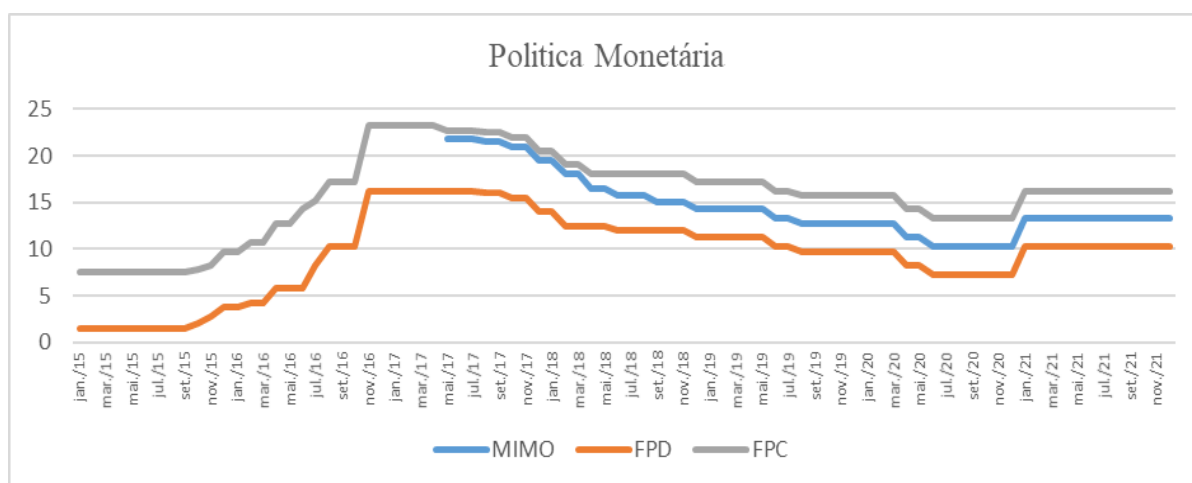


Gráfico 2: Política Monetária entre 2015 e 2021

Fonte: Elaborado pelo autor com base na série de dados do (BM, 2023)

2.9 Perfil dos Clientes Bancários

Entende-se como cliente bancário toda pessoa que possui uma conta corrente e/ou consome produtos e serviços de uma determinada instituição bancária. Essa conta corrente pode estar activa, ou seja, estar sendo movimentada, no mínimo, uma vez por semestre, ou inactiva,

considerada assim aquela que não está sendo movimentada pelo menos uma vez por semestre, sendo passível de cobrança de comissões para manutenção da mesma nos sistemas de processamento dos bancos comerciais (Mattiello, 2001).

O perfil dos clientes em um determinado País também pode determinar os níveis dos *Spreads* Bancários, uma vez que os Bancos podem agravar ou não as taxas ao fazer a análise dos clientes e, aqueles com maiores riscos serão concedidas taxas mais altas, para compensar o risco.

O perfil dos clientes em Moçambique também pode influenciar os níveis dos *spreads* bancários. Algumas maneiras pelas quais o perfil dos clientes pode afectar os níveis dos *spreads* bancários em Moçambique compreendem:

- **Risco de Crédito:** os bancos comerciais e outras instituições financeiras consideram o risco de crédito dos clientes ao determinar os *spreads*. Se alguns clientes em Moçambique forem considerados de maior risco, os bancos podem aumentar os *spreads* para compensar o risco adicional.
- **Capacidade de Pagamento:** a capacidade de pagamento dos clientes também é um factor crucial. Se os clientes tiverem uma renda estável e suficiente para pagar os seus empréstimos, os bancos podem oferecer *spreads* mais baixos. Caso contrário, se os clientes tiverem uma renda instável ou baixa, os bancos podem aumentar os *spreads* para mitigar o risco de inadimplência.
- **Histórico de Crédito:** O histórico de crédito dos clientes desempenha um papel importante na determinação dos *spreads* bancários. Se os clientes tiverem um histórico positivo de pagamento de dívidas anteriores, demonstrando responsabilidade financeira, os bancos podem oferecer *spreads* mais baixos. Por outro lado, se os clientes tiverem um histórico de inadimplência, os bancos podem aumentar os *spreads* para compensar o risco adicional.
- **Relacionamento com o Banco:** O relacionamento do cliente com o banco também pode ser considerado. Se um cliente mantém uma relação de longo prazo com um banco, com múltiplos produtos financeiros e um histórico de bom relacionamento, o banco pode oferecer *spreads* mais baixos como forma de incentivo à continuidade do relacionamento.

A inadimplência é o custo que mais impacta o *spread* bancário. Um ambiente de incerteza e insegurança, resultante da dificuldade de execução de garantias e recuperação de créditos, gera problemas de perigo moral que afectam negativamente as taxas de juros praticadas. Isso porque as instituições financeiras também têm obrigações junto dos seus depositantes. Assim, a

inadimplência contribui significativamente para o *spread* bancário em Moçambique, levando as instituições financeiras a adoptarem uma oferta de crédito mais rigorosa para proteger-se de maus pagadores.

Posto isto, este capítulo tem como principal objectivo analisar como é feita a definição do perfil de clientes inadimplentes ou com risco futuro de inadimplência nas relações de empréstimo, a fim de observar a influência que o perfil dos clientes tem sobre os níveis de *spread* no contexto moçambicano.

Para melhor compreensão da forma como este mecanismo funciona, é necessário abordar um aspecto crucial que é a Central de Registos de Crédito (CRC).

2.9.1 Central de Registos de Crédito

A CRC é uma aplicação informática, que consiste numa base de dados criada e gerida pelo Banco de Moçambique, sendo alimentada pelos bancos comerciais, procedendo com o registo de todos os clientes bancários com responsabilidades positivas e negativas de crédito no sistema bancário.

A central foi criada em 1996, primeiro com o nome de Central de Risco de Crédito (Aviso N° 08/GGBM/96 de 1 de outubro) e, em 2003, mudou de nome para Central de Registos de Crédito, ampliando o seu objecto e abrangência (Aviso 7/GBM/2003, de 14.01.2004).

A CRC é de extrema importância, pois interfere com a vida do cidadão, podendo impedir novos créditos bancários e também ajudar na contractação e gestão do crédito bancário.

Na CRC participam as instituições de crédito definidas por lei (15/99, de 01.11) e outras entidades sujeitas à supervisão do Banco de Moçambique.

As operações abrangidas pela CRC são:

- Operações de Crédito de qualquer forma ou modalidade, realizadas entre entidades participantes e pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas no País ou no estrangeiro;
- Saldos negativos resultantes de descobertos em conta, avales prestados, garantias bancárias, comissões (anuidade do cartão; imobilização de conta).

A CRC tem como objectivos:

- Controlar e mitigar o risco do crédito concedido pelo sistema;
- Constituir uma ferramenta de supervisão;

- Facilitar a análise e a recuperação de crédito aos bancos comerciais;
- Disciplinar os utentes de créditos bancários.

A CRC funciona no BM – Departamento de Supervisão Bancária - Maputo. Um cliente é registado na CRC sempre que contrai empréstimos ou serviços no sistema bancário (seja concessão de empréstimo normal, aquisição de cartão de crédito, etc.), quando se gera uma responsabilidade equiparável a crédito (descoberto em conta, carta de garantia, saldos negativos em contas D.O., aval, outras responsabilidades).

As informações das dívidas são prestadas pelo Banco onde o cliente titula ou tituló a conta ou o crédito bancário, ou onde tenha responsabilidades (exemplo, o Banco onde o cidadão foi avalista de 3ª pessoa, ou abandonou a conta com responsabilidades), e a informação constante na CRC pode ser solicitada pelo próprio titular de informação ou pelo seu legítimo mandatário.

Em caso de lapso na informação, o Banco que a enviou deve comunicar a rectificação ao Banco de Moçambique para regularização na Central, até ao dia 15 do mês seguinte ao da regularização.

Com isso, conclui-se que a CRC mexe com a vida dos cidadãos, sendo uma ferramenta importante para o Banco de Moçambique, bancos comerciais e cidadãos em geral. Através dela, são determinados os perfis dos clientes bancários, fornecendo informações aos bancos sobre a concessão do crédito e afectando directamente no *spread* bancário da economia.

2.9.2 O Perfil das Actividades de Maior Incidência de Investimentos

As actividades que têm recebido mais investimentos em Moçambique incluem:

1. **Agroindústria:** Moçambique possui um grande potencial agrícola e investimentos nesse sector visam o desenvolvimento na produção, no processamento e na exportação de alimentos.
2. **Agricultura:** A agricultura é o sector que sustenta a economia moçambicana e tem um grande potencial de crescimento. Investimentos nesse sector visam o aumento da produtividade, modernização das técnicas agrícolas e desenvolvimento de cadeias de valor.
3. **Turismo:** Moçambique possui uma costa extensa e belas praias, além de parques nacionais e reservas naturais. O turismo tem recebido investimentos para o desenvolvimento de infraestrutura hoteleira, ecoturismo e turismo de aventura.

4. **Pesca:** com uma costa rica em recursos marinhos, a pesca é uma actividade com potencial de investimento em Moçambique. Investimentos nesse sector visam a modernização da frota pesqueira, processamento de pescado e a exportação.
5. **Mineração:** Moçambique possui recursos minerais significativos, como carvão, gás natural, ouro e pedras preciosas. Investimentos nesse sector visam a exploração e exportação desses recursos.

É importante ressaltar que a rentabilidade dessas actividades pode variar de acordo com diversos factores, como condições de mercado, infraestrutura, políticas governamentais e estabilidade económica. Além disso, é necessário considerar que a rentabilidade de um investimento pode ser afectada por factores externos, como crises económicas globais ou desastres naturais.

No geral, o perfil das actividades de maior incidência de investimentos em Moçambique pode variar em termos da rentabilidade. No entanto, a agricultura, sendo uma base importante para o desenvolvimento do País e considerando que Moçambique é um país importador, pode ser uma área com potencial para investimentos rentáveis.

A agricultura em Moçambique oferece várias oportunidades para investimentos em diferentes segmentos:

Agricultura comercial: investir em culturas de exportação, como tabaco, chá, café, frutas e legumes, pode ser rentável, pois há demanda tanto no mercado interno quanto externo. A exportação desses produtos pode gerar receitas significativas.

Agricultura de subsistência: investir em produção de alimentos básicos, como cereais, tubérculos e leguminosas, pode ser rentável para atender à demanda interna e reduzir a dependência de importações.

Agroindústria: investir em processamento de alimentos, como transformação de produtos agrícolas em produtos de valor agregado, pode ser uma opção rentável. Isso envolve a criação de indústrias de processamento de alimentos, como produção de óleo vegetal, conservas, sucos, entre outros.

Agricultura de precisão: a aplicação de tecnologias modernas na agricultura, como o uso de drones, sensores e análise de dados, pode aumentar a eficiência e a produtividade nas operações agrícolas. Isso pode resultar em retornos mais altos e maior rentabilidade.

Em Moçambique, um país importador e com a agricultura considerada a base do desenvolvimento, o financiamento das actividades agrícolas pode enfrentar desafios devido a

várias razões. Uma delas é a taxa de juros elevada para o sector, chegando a configurar proibitiva para os agricultores e demais investidores. Isso ocorre em parte devido à morosidade na arrecadação das receitas provenientes das culturas e à sensibilidade das actividades agrícolas a eventos como as calamidades naturais.

A agricultura é uma actividade que requer investimentos consideráveis, como aquisição de terras, compra de sementes, fertilizantes, equipamentos agrícolas e mão de obra. No entanto, os agricultores muitas vezes enfrentam dificuldades para obter financiamento adequado para essas actividades.

As instituições financeiras conotam a agricultura como uma actividade pertencente a um sector de alto risco devido a factores como a incerteza climática, flutuações nos preços das *commodities* agrícolas, falta de infraestrutura adequada e limitações na capacidade de pagamento dos agricultores. Isso leva a taxas de juros mais altas e condições de empréstimo mais restritivas e rigorosas.

Além disso, a morosidade na arrecadação das receitas oriundas das culturas, afecta a capacidade dos agricultores de cumprir com os pagamentos dos seus empréstimos. A agricultura é um sector que está sujeito a ciclos de cultivo, o que significa que os agricultores geralmente têm fluxos de caixa sazonais. Essa sazonalidade pode dificultar o pagamento regular de empréstimos e, conseqüentemente, aumentar os riscos percebidos pelos credores.

Conforme já referido, outro factor que aumenta a percepção de risco é a sensibilidade das actividades agrícolas a calamidades naturais, como secas, inundações ou surtos de doenças nas culturas. Esses eventos podem resultar em perdas significativas para os agricultores, prejudicando a capacidade dos mesmos de pagar os seus empréstimos ou fazer face aos seus serviços de dívida.

Para enfrentar esses desafios, é importante que as políticas governamentais promovam um ambiente favorável para o sector agrícola, incluindo o desenvolvimento de programas de financiamento agrícola com taxas de juros acessíveis e condições flexíveis. Além disso, investimentos em infraestrutura, seguros agrícolas e medidas de gestão de riscos podem ajudar a mitigar os impactos adversos de calamidades naturais.

Face a todos os desafios elencados, é normal que o *spread* bancário seja ajustado em alta aquando dos financiamentos desse tipo de actividades, para cobrir os riscos adicionais que vão surgindo para cada tipo de projecto específico com todas as suas componentes.

Abaixo encontra-se o volume de crédito direccionado para cada sector da economia moçambicana.

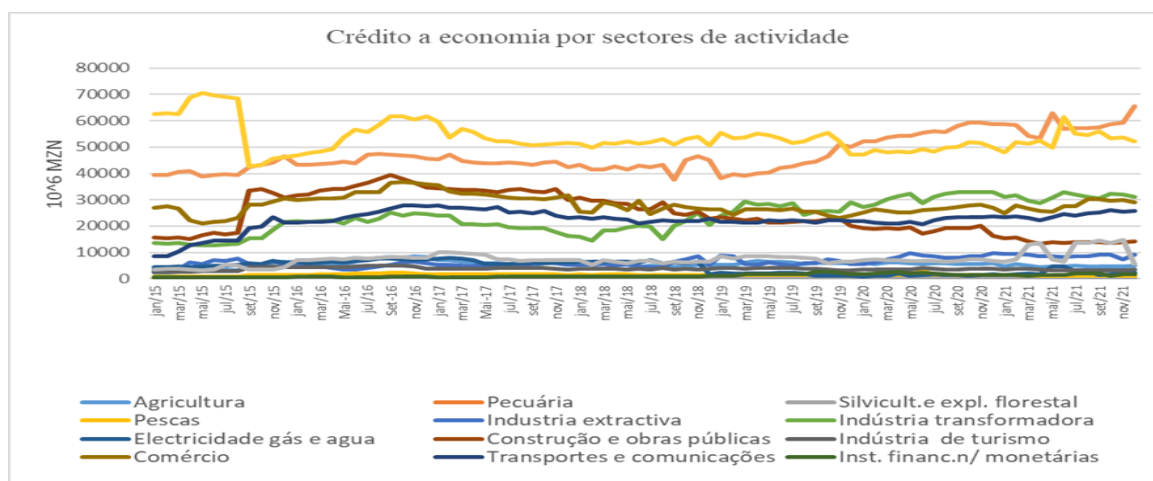


Gráfico 3: Crédito a Economia por Sector de Actividade

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do (BM, 2024)

2.10 Análise Comparativa da Evolução do *Spread* Bancário

Nos últimos 10 anos, os agentes económicos têm manifestado preocupação com a conjuntura económica observada, alegando que as taxas de juros e, conseqüentemente, os *spreads* praticados no sistema bancário de Moçambique são excessivamente elevados. Isso deve-se a factores tanto domésticos (microeconómicos, específicos dos bancos, e macroeconómicos do País) quanto à comparação com outros sistemas bancários, o que encarece os produtos e serviços financeiros, restringindo a disponibilidade de crédito para investimento e impactando o desenvolvimento de novos negócios e da economia nacional.

O gráfico abaixo ilustra a evolução do *spread* bancário de Moçambique no período de 2015 a 2021. Apesar de ser bastante volátil, de um modo geral, o *spread* bancário moçambicano tem apresentado crescimento durante o período analisado, resultando em custos cada vez mais elevados para os tomadores de crédito e maior rentabilidade para os poupadores.

No período mencionado, o *spread* variou entre 9% (em abril de 2018) e 15% (em abril de 2021), representando respectivamente os valores mínimo e máximo alcançados. No segundo trimestre de 2021, observa-se uma tendência decrescente do *spread*, indicando uma possível redução do custo de crédito ou aumento da rentabilidade dos depósitos bancários.

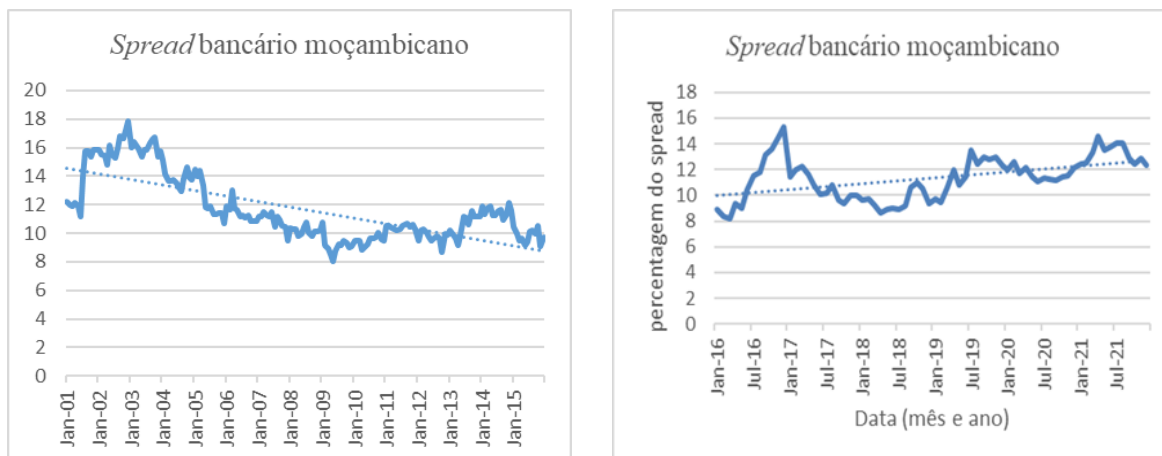


Gráfico 4: Evolução do *Spread* Bancário (2015 - 2021)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do (Banco de Moçambique, 2021)

Em contraste, nos períodos anteriores a 2015, observa-se que o *spread* bancário moçambicano tinha, em média, uma tendência decrescente, o que significava baixo custo na aquisição de crédito pelos tomadores ou aumento da rentabilidade dos depósitos bancários efectuados pelos poupadores.

O melhor período para os tomadores de crédito e o menos rentável para os poupadores foi em 2009, especificamente em Maio, quando o *spread* verificado foi de 8%. Em contrapartida, o período mais rentável para os poupadores e o pior para os tomadores de crédito foi em dezembro de 2002, quando o *spread* atingiu seu pico, ascendendo a 18%. Vale ressaltar que o *spread* bancário moçambicano é muito volátil, apresentando valores máximos e mínimos em períodos curtos.

Existem três grupos de factores que podem explicar as taxas do *spread* bancário em Moçambique, a saber: (a) o clima económico; (b) o perfil dos clientes, sustentado pela CRC fornecida pelo Banco de Moçambique e (c) o histórico do mercado bancário moçambicano; não se esquecendo também dos factores institucionais, interpretados neste trabalho pelo perfil das actividades de maior incidência de investimento, aqui contemplado pela problemática da concessão de crédito em Moçambique.

O objectivo de explorar estes três grandes grupos de factores é entender a influência dos mesmos na determinação do *spread* bancário moçambicano no período que abrange os anos de 2015 a 2021.

CAPÍTULO III: ANÁLISE DE RESULTADOS

3.1 Relação entre o Clima Económico e o *Spread* Bancário

Ao referir-se ao clima económico, menciona-se as condições gerais da economia, podendo analisar-se em que medida o estado de saúde da economia pode impactar ou determinar os níveis de *spread* bancário.

O clima económico caracteriza-se por incluir factores como **crescimento económico, inflação, taxas de juro, desemprego, políticas governamentais e estabilidade financeira**. O *spread* bancário, já referido anteriormente, é a diferença entre as taxas de juros que os bancos pagam para captar recursos (como depósitos) e as taxas de juros que eles cobram ao conceder empréstimos.

O clima económico pode ter um impacto significativo no *spread* bancário de Moçambique. O MBIM relatou que o abrandamento económico teve um impacto positivo na balança de transacções comerciais. Um estudo sobre a rentabilidade do sector bancário e o crescimento económico em Moçambique entre 1996 e 2017, apontou que há uma relação positiva entre a rentabilidade bancária e o crescimento económico.

No entanto, a economia moçambicana enfrenta desequilíbrios internos e externos, o que pode afectar o clima económico. Embora os resultados da pesquisa sejam limitados, eles sugerem que o clima económico pode afetar o *spread* bancário em Moçambique.

A seguir pode-se observar a descrição do clima económico e o seu impacto no *spread* bancário durante os anos de 2015 a 2021.

3.2 O Clima Económico e o seu Impacto no *Spread* Bancário de 2015 a 2021

O ano de 2015 foi caracterizado por riscos acrescidos. Durante este período, o clima económico de Moçambique apresentou desafios devido a uma série de factores internos e externos, impactando a actividade económica e o comportamento dos principais indicadores macroeconómicos.

O País enfrentou uma desaceleração económica devido à queda dos preços das *commodities* no mercado internacional, especialmente do carvão e do alumínio, que são importantes para a economia moçambicana. Além disso, Moçambique enfrentava dificuldades relacionadas à Dívida Pública. Ficou evidente que o Governo tinha ocultado empréstimos não divulgados, o que gerou preocupações sobre a sustentabilidade da dívida e afectou negativamente a confiança dos investidores.

Esses desafios económicos tiveram um impacto significativo no *spread* bancário em 2015. Em um clima económico incerto e volátil, os bancos comerciais geralmente tornam-se mais cautelosos ao emprestar dinheiro e tendem a aumentar o *spread* bancário como uma forma de mitigar os riscos associados.

Por outro lado, a elevada depreciação do Metical, particularmente em relação ao Dólar norte-americano, impactou de forma particular no indicador de inflação, sobretudo na parte final do ano. A flutuação da taxa de câmbio, entre outros factores, esteve associada à conjuntura internacional, marcada pela queda dos preços das mercadorias e pela redução dos fluxos de investimento directo estrangeiro e de ajuda externa, num contexto de fortalecimento do Dólar no mercado internacional, sem descurar o efeito dos choques naturais (cheias e estiagem) e da instabilidade político-militar em algumas regiões do País.

A curto prazo, a depreciação do Metical não produziu efeitos esperados no equilíbrio da balança de transações correntes, visto que a queda das exportações de bens e serviços superou a redução das importações, agravando assim o défice externo do País, num contexto em que o serviço de dívida externa aumentou substancialmente, pressionando, deste modo, o saldo das reservas internacionais líquidas.

Em 2015, a taxa de crescimento real do PIB abrandou em 80 pontos base, para 6,6%, reflectindo a desaceleração da produção nos ramos da indústria extractiva, construção e dos serviços de restauração e hotelaria, sectores penalizados pelos efeitos negativos de choques internos e externos na produção, enquanto os ramos da agricultura, da indústria transformadora e dos serviços de transportes e comunicação registaram uma aceleração do ritmo de crescimento.

Por seu turno, a inflação, medida pelo índice de preço no consumidor da cidade de Maputo, acelerou para 11,1% (após 1,1% em 2014), como resultado do abrandamento da produção doméstica de produtos alimentares, da tensão político-militar que condicionou a livre circulação de pessoas e bens, do impacto da depreciação do Metical, do incremento dos preços de produtos alimentares importados da África do Sul e do efeito do ajuste dos preços de diversos bens e serviços com preços administrados.

Para enfrentar a pressão inflacionária, o Banco de Moçambique alterou, a partir de Setembro de 2015, o ciclo da Política Monetária, ajustando em alta as taxas de juro da FPC e da FPD no Mercado Monetário Interbancário, bem como do coeficiente de reservas obrigatórias. Essas medidas foram complementadas pelo reforço da persuasão moral e da supervisão prudencial e comportamental das instituições financeiras, visando garantir a adopção de boas práticas.

Adicionalmente, os bancos comerciais que operam em Moçambique foram autorizados a iniciar o processo de ligação à SADC *Integrated Regional Settlement System* (SIRESS), uma plataforma de liquidação financeira em tempo real das transacções transfronteiriças intrarregionais. O principal objectivo desta plataforma é de facilitar o comércio e investimento entre os países da região, conforme estabelecido no protocolo sobre finanças e investimento assinado pelos Chefes de Estado da região.

No que diz respeito à solidez do sistema bancário moçambicano, a informação disponível mostra que o mesmo evidenciou padrões aceitáveis de robustez. Os três principais bancos nomeadamente MBIM, SB e BCI apresentaram um rácio de 19,80%, 15,30%, e 12,70%, respectivamente, reflectindo níveis adequados de capital (AMB & KPMG, 2016).

Constatou-se a existência de vulnerabilidade associada ao impacto da depreciação da moeda nacional no crédito em incumprimento em moeda estrangeira, sobretudo quando os mutuários não são exportadores. Quanto ao nível da liquidez, o sistema encontrava-se sólido, havendo, porém, alguns sinais de certa vulnerabilidade em termos de risco de liquidez de financiamento, devido à concentração das fontes de recursos nos grandes depositantes. O mesmo foi verificado em relação ao risco de liquidez em moeda estrangeira, onde um número substancial de instituições não demonstrou possuir ativos líquidos robustos para enfrentarem suas obrigações em cenário de crise.

No exercício económico de 2015, as contas do Banco de Moçambique indicavam um resultado líquido positivo acima de 4.052,87 milhões de meticais, gerado, essencialmente, por operações financeiras, principalmente os ganhos nas vendas de divisas no mercado cambial e nas operações interbancárias no mercado monetário, bem como juros provenientes de aplicações em depósitos a prazo e de títulos disponíveis para venda e detidos para negociação.

Em 2016, Moçambique enfrentou um clima económico desafiador, caracterizado por uma desaceleração significativa do crescimento económico e uma série de eventos adversos. O País estava às voltas com várias questões macroeconómicas e problemas financeiros que tiveram impactos significativos no sistema bancário, incluindo o *spread* bancário. Alguns dos principais factores que influenciaram o cenário económico incluem:

- **Dívida Pública elevada:** Moçambique enfrentou preocupações contínuas relacionadas à sua Dívida Pública. Em 2016, foi revelado que o País estava a enfrentar dificuldades para pagar empréstimos internacionais, o que gerou incertezas sobre a capacidade do Governo de cumprir com as suas obrigações financeiras. Essa situação aumentou o risco

percebido pelos bancos comerciais e levou a uma maior cautela na concessão de empréstimos, resultando em um aumento no *spread* bancário.

- **Desaceleração económica:** a economia moçambicana enfrentou uma desaceleração em 2016. A queda dos preços das *commodities* no mercado internacional, como o carvão e o alumínio, continuou a afectar negativamente o País. A diminuição da actividade económica e a redução dos investimentos levaram os bancos a aumentar o *spread* bancário como uma forma de compensar os riscos associados a um ambiente económico mais fraco.
- **Restrições fiscais e cortes de gastos:** para lidar com os desafios económicos, o governo moçambicano implementou medidas de austeridade, incluindo restrições fiscais e cortes de gastos públicos. Essas medidas afectaram o investimento público e a demanda agregada, o que, por sua vez, provocou um impacto no acesso ao crédito e consequentemente a um aumento no *spread* bancário.
- **Reputação e confiança:** as questões relacionadas à Dívida Pública e à transparência das finanças governamentais abalaram a reputação e a confiança dos investidores em Moçambique. A falta de confiança levou os bancos a serem mais cautelosos na concessão de empréstimos, resultando em taxas de juros mais altas e, potencialmente, em um aumento no *spread* bancário.
- **Suspensão do apoio externo ao Orçamento do Estado e à Balança de Pagamento pelos parceiros de cooperação e a interrupção do programa que Moçambique vinha mantendo com o FMI,** na sequência das dívidas não declaradas com garantias do Estado. A suspensão do apoio externo agravou as condições de financiamento do Orçamento de Estado e da economia no geral, num contexto em que a credibilidade do País foi severamente afectada.

Além disso, em 2016, o País voltou a ser afectado por choques climáticos, como a estiagem nas regiões sul-centro e chuvas excessivas no Centro-Norte. Esses eventos combinados com o alastramento da tensão político-militar, comprometeram a actividade agrícola e a circulação de pessoas e bens. A junção desses factores exógenos resultou na desaceleração dos principais sectores de actividade económica, levando o PIB a desacelerar para 3,8% em 2016, após 6,6% em 2015.

A queda do investimento directo estrangeiro e das exportações, associados aos choques domésticos mencionados, causaram uma elevada depreciação nominal do Metical em 2016. A pressão sobre a taxa de câmbio, reflectindo uma maior procura por divisas no mercado cambial, foi evidente nos primeiros nove meses do ano, levando a taxa de câmbio a se aproximar de 80

Meticals por Dólar norte-americano. A desaceleração da produção doméstica e a significativa depreciação da taxa de câmbio tiveram um impacto severo sobre a inflação, que subiu de 11,0% em dezembro de 2015 para 25,7% no final de 2016.

O Banco de Moçambique foi chamado a tomar medidas de ajuste macroeconómico e do sector financeiro em 2016. Assim, a taxa de juro da FPC aumentou para 23,5% e da FPD para 16,5%. Além disso, o coeficiente de reservas obrigatórias foi ajustado para 15,5% para ambos os passivos denominados em moeda nacional e moeda estrangeira, sendo que estes últimos devem ser constituídos em Dólar norte-americano.

Com isso, o clima económico de Moçambique em 2016, marcado por preocupações com a Dívida Pública, desaceleração económica, medidas de austeridade e outros factores, teve um impacto agravante sobre o *spread* bancário, contribuindo para um aumento no custo e na dificuldade de acesso ao crédito para empresas e consumidores. O *spread* bancário aumentou para 15% em 2016, representando um aumento significativo em relação aos 10% observados em 2015. Este aumento foi devido ao incremento do risco percebido pelos bancos comerciais, bem como à necessidade de mitigar os riscos associados a um ambiente económico mais fraco.

Apesar do clima económico desafiador em Moçambique, o ano de 2017 foi caracterizado por algumas melhorias nas condições económicas do País em comparação com o ano anterior. Embora o PIB tenha apresentado um crescimento real modesto de 3,7%, abaixo do seu potencial, a taxa de inflação alcançou um nível de um dígito (5,65% em 2017, após 25,7% em 2016), e o Metical registrou uma valorização em relação às principais moedas estrangeiras, com uma apreciação de 17,4% em relação ao Dólar e 7% em relação ao Rand.

Por outro lado, as Reservas Internacionais Líquidas aumentaram em USD 1.335 milhões em termos anuais, impulsionadas por compras líquidas do Banco de Moçambique no valor de USD 710 milhões, em comparação com vendas líquidas de USD 503 milhões no ano anterior (2016). Além disso, houve um aumento nas exportações de USD 1.397,1 milhões (de USD 3.328 milhões para USD 4.725 milhões), resultado do aumento dos preços das matérias-primas no mercado internacional e de melhorias nas condições logísticas domésticas.

Pese embora, foi nesse mesmo ano que também se verificou o abrandamento dos fluxos de capitais externos (Investimento Directo Estrangeiro), em paralelo ao cenário fiscal adverso resultante do congelamento de desembolsos da ajuda externa para apoio ao Orçamento Geral do Estado.

A evolução favorável dos agregados macroeconómicos, com destaque para taxa de câmbio e inflação, permitiu ao Banco de Moçambique alterar a sua Política Monetária em 2017, iniciando uma redução nas taxas de juro de referência no mercado monetário interbancário.

Com efeito, a taxa de FPC foi reduzida em 275 pontos base (de 23,25% no final de 2016 para 20,5% no final de 2017); a taxa de FPD foi reduzida em 225 pontos base (16,25% no final de 2016 para 14,0% no final de 2017) e o coeficiente de Reservas Obrigatórias em moeda nacional foi reduzido em 150 pontos base (15,5% no final de 2016 para 14,0% no final de 2017).

Estas medidas menos restritivas foram adoptadas pelo Banco de Moçambique ao longo do segundo semestre do ano, devido às perspectivas que indicavam uma inflação baixa e estável, em torno de um dígito, o que garantiu maior conforto por parte do Banco Central na redução das taxas de juro de referência.

Face a esse cenário, verificava-se um clima favorável para a economia, com um impacto significativo sobre o nível do *spread* bancário, diminuindo-o para 10% em 2017, o que representa uma queda considerável em relação aos 15% de 2016, proporcionando certo conforto à economia.

Em 2018, assistiu-se à consolidação da estabilidade dos indicadores económicos e financeiros, suportada pela continuidade da postura de Política Monetária prudente e pelo reforço das medidas de consolidação fiscal. O País estava a recuperar de uma crise da dívida soberana que começou em 2016, quando foi revelada a existência de dívidas ocultas em projectos públicos não divulgados, totalizando bilhões de dólares. Isso levou ao congelamento da ajuda externa e à deterioração da confiança dos investidores na economia do País.

Com efeito, a inflação anual, medida pela evolução do Índice Geral de Preços no Consumidor de Moçambique, manteve-se baixa e estável, tendo desacelerado para 3,52% em Dezembro de 2018, após 5,65% no período homólogo de 2017, reflectindo a persistência da procura agregada reprimida, aliada não só à relativa estabilidade cambial, mas também à oferta regular de produtos agrícolas nacionais na maior parte do ano. A paridade do Metical face às principais moedas transacionadas no mercado cambial moçambicano depreciou ligeiramente. Por exemplo, em relação ao Dólar dos Estados Unidos da América, a taxa de câmbio incrementou de 58,88 meticais, no último dia de dezembro de 2017, para 61,43 meticais em finais de 2018.

No que diz respeito à actividade económica, assistiu-se, no entanto, pelo quarto ano consecutivo, a uma desaceleração do crescimento, reflectindo, entre outros, o efeito da procura agregada ainda reprimida e dos choques climáticos registados no quarto trimestre do ano, bem como da volatilidade dos preços das mercadorias no mercado internacional. De acordo com a

informação publicada pelo INE, o PIB real de 2018 cresceu, em termos anuais, 3,4%, após 3,7% e 3,8% em 2017 e 2016, respectivamente, uma queda que reflectiu o menor dinamismo dos sectores da agricultura, da indústria extractiva e dos transportes e comunicações.

Adicionalmente, em 2018, o défice da conta corrente agravou-se para USD 4.347 milhões (equivalente a 31,50% do PIB), comparado com USD 1.762 milhões (equivalente a 20,40% do PIB) no ano anterior, reflectindo, essencialmente, o aumento dos pagamentos de serviços especializados feitos pelos grandes projectos em USD 1.100 milhões, juntamente com o incremento do défice da conta de bens, devido a um crescimento das importações superior ao da expansão das exportações. Este facto teve como impacto a redução das reservas internacionais líquidas em USD 218 milhões, resultando numa diminuição do saldo das reservas internacionais brutas para USD 3.040 milhões, o que equivale a uma cobertura de 6,3 meses de importações de bens e serviços, excluindo as dos grandes projectos.

Em 2018, tal processo incidiu essencialmente sobre: (i) a implementação de medidas visando a contenção da despesa pública; (ii) o ajustamento em alta dos preços de alguns bens e serviços administrados; e (iii) os pagamentos atrasados aos fornecedores de bens e serviços ao sector público.

Como resultado dessas medidas, o défice primário, principal indicador de consolidação fiscal, reduziu-se de 4,7% do PIB em 2016 para 1,6% em 2018. Considerando as perspectivas de abrandamento da inflação anual a médio prazo, o BM manteve o ciclo de redução da taxa de juro de política monetária iniciado em abril de 2017, sinalizando um relaxamento, ainda que prudente, da sua restritividade, com destaque para a redução da MIMO.

Entretanto, face aos riscos associados às projecções da inflação para o período em referência, nomeadamente os efeitos da depreciação acentuada do Metical face ao USD sobre os preços domésticos, o BM incrementou, em Fevereiro e Agosto de 2018, o coeficiente das reservas obrigatórias (RO) para os passivos em moeda estrangeira. Em termos de magnitude, o BM reviu em baixa, no ano, a MIMO por quatro vezes, num total acumulado de 525 pontos base (pb), para 14,25%, e incrementou o coeficiente de RO para os passivos em moeda estrangeira em 1.300 pb, para 27,00%, no fecho de 2018.

Em linha com a queda da MIMO, as demais taxas de juro do Mercado Monetário Interbancário e as taxas de juro praticadas pelos bancos comerciais nas transações com o público também reduziram.

Assim, a queda das taxas de juro, associada aos pagamentos atrasados de bens e serviços públicos pelo Estado na parte final do ano, permitiu reforçar a capacidade financeira das

empresas, contribuindo para a relativa recuperação do crédito bancário à economia, num contexto de queda do crédito malparado.

Contudo, verifica-se um clima económico estável para a economia, caracterizado pelos factores que melhoraram a situação económica, com um impacto significativo sobre o nível do *spread*, reduzindo-o para 9% em 2018, o que representa uma queda considerável em relação aos 10% de 2017, proporcionando certo conforto à economia.

Em 2019, o clima económico de Moçambique foi desafiador devido a vários factores que afectaram a economia do País. Alguns desses factores incluíram a dívida pública elevada, a crise da dívida oculta, a instabilidade política e os desastres naturais, como os ciclones Idai e Kenneth.

Esses eventos tiveram um impacto negativo na confiança dos investidores e na estabilidade económica de Moçambique, o que influenciou os níveis do *spread* bancário. Quando a confiança na economia é abalada, os bancos tendem a adoptar uma postura mais cautelosa em relação à concessão de empréstimos, o que pode resultar em um aumento nos *spreads* bancários.

Além disso, os desastres naturais, como os ciclones Idai e Kenneth, tiveram um impacto significativo nas infraestruturas e na produção agrícola do País. Isso afectou negativamente a actividade económica e a capacidade de pagamento dos mutuários, levando os bancos a ajustarem os seus *spreads* para reflectir o aumento do risco de inadimplência.

No mesmo ano, os principais indicadores macroeconómicos e a saúde do sistema financeiro evoluíram satisfatoriamente, apesar da ocorrência de choques exógenos sobre a economia, num contexto de procura agregada contida e de necessidades acrescidas de recursos para minimizar os impactos negativos das calamidades naturais. Como resultado dos esforços realizados no quadro da implementação da estratégia nacional de inclusão financeira, o nível de inclusão financeira no país melhorou, reflectindo-se no aumento do acesso da população aos produtos e serviços financeiros.

Com efeito, a inflação anual manteve-se baixa e estável, reflectindo a fraca procura agregada e a evolução favorável do preço dos combustíveis no mercado internacional, situando-se em 3,50% em 2019, equiparável aos 3,52% observados em 2018. Por sua vez, as reservas internacionais do País, em termos brutos, garantiram a cobertura de mais de seis meses de importações de bens e serviços, excluindo as dos grandes projectos.

O PIB cresceu 2,3%, um nível considerado moderado dado o potencial da economia, reflectindo a combinação de uma procura interna reprimida e o impacto negativo dos ciclones

Idai e Kenneth sobre a produção agrícola e infraestruturas, num contexto de recursos financeiros limitados do Estado. Diante das perspectivas de desaceleração da inflação no médio prazo, o BM continuou com o ciclo de redução das taxas de juro directoras, impactando na queda das taxas de juro do mercado monetário interbancário e da *prime rate* do sistema financeiro.

Entretanto, diante da excessiva volatilidade do Metical face ao Dólar norte-americano, sobretudo nos primeiros dois meses de 2019, o BM aumentou o coeficiente de Reservas Obrigatórias para passivos em moeda estrangeira. Relativamente ao sistema financeiro, os indicadores mostram uma significativa progressão da solvabilidade e estabilidade da liquidez do sector bancário moçambicano.

Numa outra vertente, o nível de exposição das instituições de crédito ao risco de crédito continuou elevado, mesmo com o crescimento da actividade creditícia desacelerando, e o crédito em incumprimento expresso como percentagem da carteira total permaneceu estável.

As contas do BM fecharam com um resultado líquido negativo individual de 4.800,53 milhões de meticais e consolidado de 4.648,31 milhões de meticais no exercício de 2019. Estes resultados são justificados pelos baixos níveis das taxas de juro na remuneração das aplicações externas efectuadas pelo Banco Central, que constituem a principal fonte de receitas, bem como pelo incremento dos custos com a política monetária devido à intervenção nos mercados interbancários para assegurar a estabilidade de preços.

Contudo, verifica-se um clima económico estável para a economia, caracterizado pelos factores que melhoraram a situação económica, com um impacto significativo sobre o nível do *spread*, aumentando-o para 10% em 2019. Houve uma ligeira alteração em relação aos 9% observados em 2018, proporcionando certo conforto à economia.

Em 2020, a pandemia da COVID-19 teve um impacto significativo na economia global, incluindo em Moçambique. O ano foi marcado pela eclosão e propagação da COVID-19, o que condicionou toda a envolvente macroeconómica e impôs desafios acrescidos aos formuladores de política para a mitigação dos seus impactos. Algumas das principais influências que o clima económico teve sobre o *spread* bancário durante esse período foram:

- **Política Monetária:** em resposta à crise económica causada pela pandemia, muitos bancos centrais reduziram as taxas de juros para estimular o consumo e o investimento. Quando as taxas de juros caem, os bancos podem reduzir suas taxas de empréstimo, o que pode levar a uma diminuição no *spread* bancário. O BM implementou medidas de Política Monetária, resultando numa maior disponibilidade de liquidez, contenção de

custos de financiamento e flexibilização de operações e transacções financeiras. Destacam-se a redução das taxas de juro directoras, a isenção de encargos e comissões nas transferências de cliente para cliente e a introdução de uma linha de financiamento em moeda estrangeira para os bancos comerciais.

- **Demanda por Crédito:** durante períodos de incerteza económica, a demanda por crédito geralmente diminui à medida que empresas e consumidores se tornam mais cautelosos em assumir dívidas. Isso pode levar os bancos comerciais a reduzir as suas taxas de empréstimo para atrair mutuários, o que poderia impactar o *spread* bancário. A fraca procura, aliada à contenção dos preços dos bens e serviços administrados para mitigar os efeitos da pandemia, contribuiu para a manutenção de uma inflação baixa e estável, apesar da depreciação do Metical. A inflação anual de Moçambique situou-se em 3,52% em 2020, comparado a 3,50% em 2019, num contexto em que o Metical se depreciou em cerca de 21% em relação ao Dólar norte-americano. As reservas internacionais do País, em termos brutos, permaneceram em níveis confortáveis, garantindo a cobertura de mais de seis meses de importações de bens e serviços, excluindo as dos grandes projectos.
- **Risco de Crédito:** em tempos de crise, como a pandemia, os riscos de inadimplência e insolvência aumentam. Os bancos podem reagir a esse aumento do risco aumentando as taxas de juros dos empréstimos para compensar a potencial perda de receita, o que pode resultar em um *spread* bancário mais elevado. No que diz respeito ao desempenho do sistema financeiro, este manteve-se sólido, estável e resiliente, apesar dos desafios impostos pela pandemia. O rácio de solvabilidade do sistema bancário fixou-se em torno de 26,0% em 2020, abaixo dos 29% observados em 2019, porém acima do limite regulamentar. Similarmente, o rácio de liquidez geral registrou uma leve queda, de 120% para 118%, num contexto em que o nível de exposição das instituições de crédito ao risco de crédito continuou elevado e o crescimento da actividade creditícia desacelerou. Em 2020, registou-se um aumento do capital social dos bancos na ordem de 7,00%.
- **Concorrência entre Bancos Comerciais:** o clima económico também pode afectar a competição entre os bancos comerciais. Em tempos de crise, pode haver uma redução na disponibilidade de crédito, o que pode levar os bancos a competirem mais intensamente pelos mutuários qualificados. Isso poderia resultar em uma redução no *spread* bancário, já que os bancos podem estar dispostos a oferecer taxas de juros mais baixas para atrair clientes. O ano foi caracterizado pela redução do número de bancos, aumento do número de microbancos e de operadores de microcrédito, e ainda por uma

ligeira expansão de agências bancárias, além de um aumento significativo de agentes bancários.

No entanto, o impacto negativo da COVID-19 sobre a procura externa e interna concorreu para a contracção da actividade económica em 1,2%, reflexo do desempenho negativo de quase todos os sectores de actividade, o que foi agravado pela instabilidade militar nas regiões centro e norte do país.

A nível do sistema nacional de pagamentos e inclusão financeira, em 2020, o BM assegurou (i) o funcionamento adequado dos subsistemas por si geridos, (ii) a liquidação dos resultados dos subsistemas geridos por outras instituições e (iii) implementação, em conjunto com o sistema financeiro nacional, de medidas extraordinárias para mitigar o impacto da COVID-19.

No exercício de 2020, as contas do BM apresentaram um resultado líquido negativo individual de 1.516,32 milhões de meticais e consolidado de 1.371,16 milhões de meticais. Estes resultados são justificados pelos baixos níveis das taxas de juro na remuneração das aplicações externas efectuadas, que constituem a principal fonte de receitas, bem como pelo incremento dos custos com a Política Monetária, devido à intervenção nos mercados interbancários para assegurar a estabilidade de preços.

Contudo, apesar de verificar-se um clima não estável para a economia, caracterizado por factores que agravaram e condicionaram a actividade económica, o nível do *spread* bancário reduziu para 8% em 2020, em comparação com os 10% de 2019, isso porque a necessidade de incentivar e/ou catapultar a economia face à crise foi mais do que suficiente para a mudança do paradigma de restringir a política monetária em contextos de desafios económicos, pois era necessário ter e ver a economia a elevar-se na tentativa de superação de todas as adversidades impostas pela pandemia e demais factores exógenos.

O ano de 2021 foi marcado pelo alívio gradual das medidas de contenção da COVID-19, devido aos avanços registados nos programas de vacinação. Este facto, aliado à adopção de pacotes de estímulos fiscais e monetários, especialmente nas economias avançadas, possibilitou a recuperação da actividade económica global e, conseqüentemente, da demanda externa para o País. Juntamente com a retomada das actividades mais afectadas pela pandemia, essa recuperação contribuiu para o crescimento da economia nacional em 2,33%, após uma queda de 1,20% em 2020.

A reabertura das economias, diante de desequilíbrios na oferta de bens e constrangimentos na cadeia logística internacional, contribuiu para a aceleração da inflação mundial e doméstica. No País, a pressão inflacionária foi agravada pelos efeitos dos choques climáticos e pelo fim das medidas de contenção de preços administrados. Assim, a inflação anual geral subiu de 3,52% em dezembro de 2020 para 6,74% no final de 2021.

A aceleração da inflação, em um contexto de recuperação económica, exigiu medidas adequadas para conter seus impactos. O BM aumentou a taxa MIMO em 300 pontos base (pb), elevando-a de 10,25% para 13,25%. Paralelamente, reduziu os coeficientes de reservas obrigatórias em moeda nacional e estrangeira em 1 pp e 23 pp, para 10,50% e 11,50%, respectivamente.

As reservas internacionais brutas do País permaneceram em níveis confortáveis, garantindo a cobertura de mais de 5 meses de importações de bens e serviços, excluindo os grandes projectos. O sistema financeiro manteve-se sólido e competitivo. O rácio de solvabilidade do sistema bancário aumentou em 0,13 pp em 2021, atingindo 26,19%. Da mesma forma, o rácio de liquidez geral aumentou de 117,94% para 120,32%. O ano de 2021 foi também marcado pela redução do número de bancos. No entanto, o número de operadores de microcrédito aumentou em 40,33%. O capital social dos bancos aumentou 5,29% em comparação com 2020. No âmbito da supervisão prudencial, foram instaurados 29 processos de contravenções, sendo 25 contra instituições de crédito e sociedades financeiras, e 4 contra gestores de uma instituição de crédito.

No exercício de 2021, as contas do BM apresentaram um resultado líquido positivo individual de 600,82 milhões de meticais e consolidado de 575,73 milhões de meticais. Estes resultados são justificados essencialmente pelos ganhos realizados em operações nos mercados cambial e monetário, bem como pelos juros das aplicações das reservas externas no mercado internacional.

Para o ano de 2021, observou-se uma retoma da actividade económica em termos gerais, o que possibilitou uma melhoria no estado da economia. Houve um aumento do *spread* bancário para 10%, em comparação com os 8% registados em 2020, representando uma subida muito ligeira.

Contudo, ao relacionar as variáveis macroeconómicas com o *spread* bancário, percebe-se uma relação positiva e directa entre essas variáveis. No período de 2015 a 2021, o *spread* bancário aumentou de uma média mensal de 10,13% em Janeiro de 2015 para 13,97% em Junho de 2021, atingindo o seu pico em Agosto de 2016, quando alcançou 16,8%. Este comportamento

é observado também nas variáveis macroeconómicas, como a taxa de câmbio, a taxa de inflação e as taxas de referência do mercado monetário (FPD, FPC, MIMO).

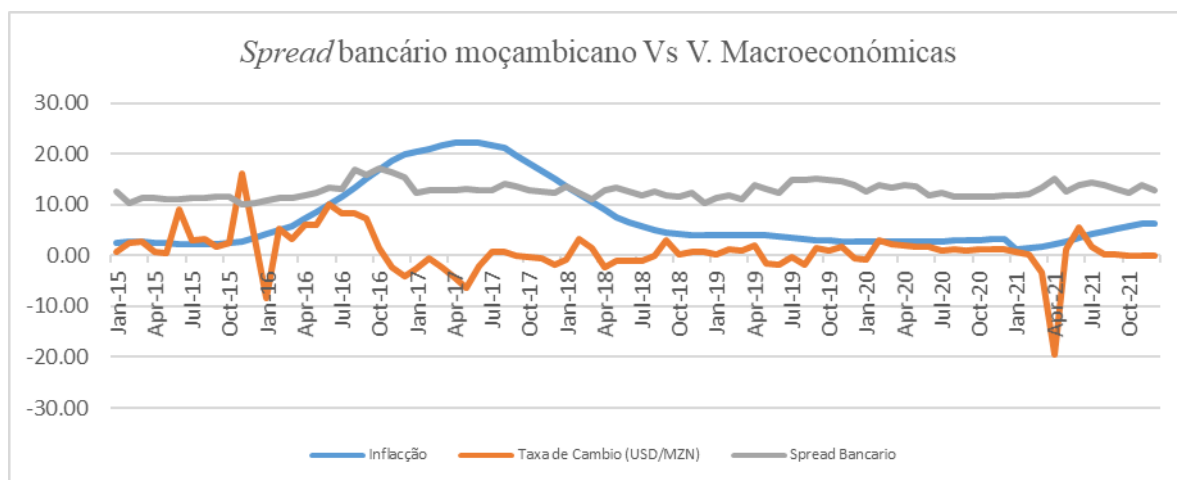


Gráfico 5: Evolução do *Spread* Bancário, Taxa de Inflação, variação da Taxa de Câmbio

Fonte: Elaborado pelo autor com base na serie da dados do (BM, 2023b)

3.3 Perfil dos Clientes e seu Impacto no *Spread* Bancário

3.3.1 Crédito à Economia & *Spread* Bancário

Conforme acima descrito, o perfil dos clientes tem um impacto directo no *spread* imposto pelos bancos comerciais. Quando os clientes representam a elite, o *spread* bancário tende a ser mais baixo, enquanto que, quando os clientes apresentam uma conduta duvidosa, o *spread* bancário tende a ser mais elevado.

De 2015 a 2021, conforme demonstra o Gráfico 6, Moçambique testemunhou um notável crescimento, tanto no Crédito à Economia quanto no *spread* bancário.

O crédito doméstico, que inclui empréstimos concedidos às famílias e empresas, apresentou uma expansão significativa, aumentando de 142,4 bilhões de MZN, em Janeiro de 2015, para 272,3 bilhões de MZN, em Dezembro de 2021. Esse crescimento robusto sugere uma forte demanda por crédito na economia interna, impulsionada pelo aumento das actividades empresariais e pelo consumo das famílias.

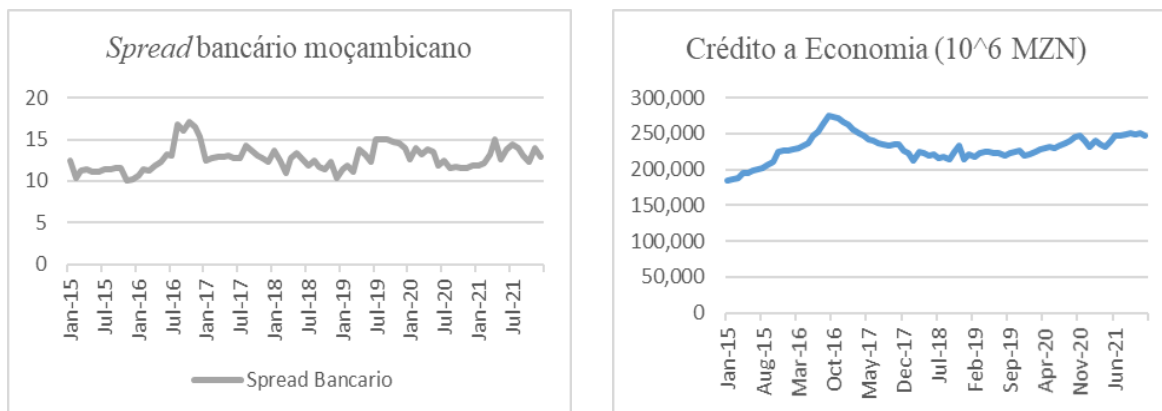


Gráfico 6: Crédito a Economia (2015 a 2021) & *Spread* Bancário

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do (BM, 2023b)

Comparativamente, ao analisar o *spread* bancário ao longo desse mesmo período, observam-se flutuações, mas em geral, a manutenção em níveis relativamente elevados. Por exemplo, em Janeiro de 2015, o *spread* bancário estava em 12,51%, enquanto que em Dezembro de 2021, esse valor era de 12,98%.

Embora tenha havido variações ao longo dos anos, o *spread* bancário permaneceu consistentemente acima de 10%, indicando uma diferença considerável entre as taxas de juros que os bancos pagam aos depositantes e as taxas que cobram dos mutuários.

Esta disparidade entre o crescimento do Crédito à Economia e a estabilidade do *spread* bancário levanta questões sobre os mecanismos que regem o mercado financeiro em Moçambique.

Em teoria, um aumento no Crédito à Economia pode resultar numa redução do *spread* bancário, uma vez que uma maior oferta de crédito pode levar a uma competição mais forte entre os bancos comerciais, resultando em taxas de juros mais baixas para os mutuários. No entanto, a persistência de um *spread* bancário relativamente alto sugere que outros factores podem estar em jogo, como o risco percebido pelos bancos, a eficiência do sistema financeiro e as condições macroeconómicas.

3.3.2 Crédito Malparado & *Spread* Bancário

Além disso, apesar do crescimento económico e do aumento do Crédito à Economia, alguns desafios ainda persistiam. O elevado nível de crédito malparado representa um obstáculo significativo para o sistema bancário. A inadimplência pode afectar a rentabilidade dos bancos

e reduzir a disponibilidade de crédito para outros tomadores, mesmo em um ambiente de expansão do crédito.

Ao longo dos anos de 2015 a 2021, os dados revelam variações nas taxas de crédito malparado entre diferentes instituições financeiras em Moçambique, como MBIM, SB e BCI. O crédito malparado é uma métrica crucial que indica a percentagem de empréstimos concedidos que estão em atraso ou em risco de inadimplência. Observa-se que essas taxas flutuaram significativamente ao longo do período analisado, o que pode ser atribuído a uma série de factores.

Inicialmente, em 2015, as taxas variavam entre 3,60% e 8,40%, evidenciando uma disparidade na qualidade da carteira de empréstimos entre as instituições. Em anos subsequentes, como 2016 e 2017, embora algumas instituições tenham mantido taxas relativamente baixas, outras experimentaram aumentos substanciais, indicando possíveis desafios na gestão de risco e na concessão de crédito. Por exemplo, em 2017, uma instituição apresentou uma taxa alarmante de 19,50%, enquanto outras permaneceram abaixo de 2%.

É essencial considerar que o crédito malparado pode ter um impacto significativo na estabilidade financeira das instituições e no sistema bancário como um todo. Taxas elevadas de crédito malparado podem indicar uma carteira de empréstimos de maior risco, aumentando a probabilidade de perdas financeiras para os bancos. Além disso, isso pode resultar em uma redução na disponibilidade de crédito para outros tomadores, afectando negativamente o crescimento económico.

Relacionando esses dados com o *spread* bancário, identifica-se uma possível correlação. O *spread* bancário, que é a diferença entre as taxas de juros que os bancos pagam aos depositantes e as taxas que cobram dos mutuários, pode ser influenciado pela qualidade da carteira de empréstimos das instituições financeiras. Por exemplo, se uma instituição possui uma taxa elevada de crédito malparado, ela pode aumentar as taxas de juros para compensar o risco percebido, resultando em um *spread* bancário mais alto.

O índice de crédito malparado aumentou entre as instituições bancárias de 2019 a 2021, comportamento que foi verificado no *spread* bancário. Em 2019, o *spread* bancário apresentava um comportamento ascendente, chegando a atingir cerca de 14%, enquanto o MBIM e BCI apresentavam um índice de crédito malparado de 8,42% e 19,50%, respectivamente. É inegável que o nível de crédito malparado tem uma relação directa com o *spread* bancário, situação que pode ser observada no gráfico abaixo.

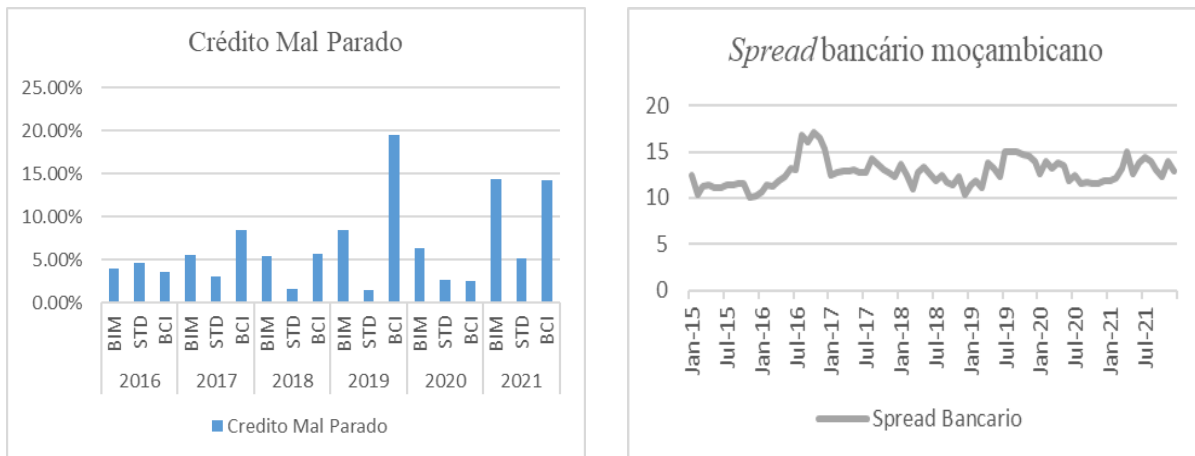


Gráfico 7: Índice de Crédito Mal Parado vs *Spread* Bancário Moçambicano

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do (BancoMoc, 2022) & (AMB & KPMG, Vários anos)

3.3.3 Eficiência e Solvabilidade VS *Spread* Bancário

Conforme explicado acima, o rácio de eficiência bancária, que mede a eficiência operacional de um banco ao relacionar os custos operacionais com as receitas geradas, desempenha um papel crucial. Bancos com rácios de eficiência mais baixos tendem a gastar uma proporção menor de suas receitas em despesas operacionais, o que pode resultar em margens de lucro mais altas. Isso pode influenciar positivamente o *spread* bancário, pois esses bancos podem oferecer taxas de juros mais competitivas.

Por outro lado, a solvabilidade de um banco é fundamental para garantir sua estabilidade financeira e sua capacidade de cumprir obrigações. Bancos com níveis mais altos de solvabilidade são percebidos como menos arriscados pelos investidores e depositantes, o que pode permitir-lhes obter financiamento a custos mais baixos. Isso, por sua vez, pode impactar positivamente o *spread* bancário, especialmente se essas economias forem repassadas aos clientes na forma de taxas de juros mais baixas.

O gráfico abaixo mostra a evolução do rácio de eficiência e solvabilidade dos três principais bancos de Moçambique entre 2015 e 2021. Em relação ao rácio de eficiência, observa-se uma variação significativa ao longo dos anos. Em 2015, as instituições apresentavam uma eficiência operacional relativamente alta, com o MBIM registrando um rácio de eficiência de 46,10%, seguido pelo SB com 49,20% e o BCI com 64,20%. No entanto, nos anos seguintes, houve flutuações notáveis, com destaque para 2017, quando o BCI registrou um aumento expressivo em seu rácio de eficiência para 70,22%, indicando uma possível deterioração na gestão operacional. A partir de então, embora algumas instituições tenham conseguido reduzir seus

rácios de eficiência, outras mantiveram níveis elevados, evidenciando desafios persistentes na eficiência operacional do sector bancário moçambicano.

Já em relação à solvabilidade, os dados revelam uma tendência mais estável, com variações menos pronunciadas ao longo dos anos. Em 2015, as instituições apresentavam níveis sólidos de solvabilidade, com o MBIM liderando com 19,80%, seguido pelo SB com 15,30% e o BCI com 12,70%. Nos anos seguintes, embora tenha havido algumas flutuações, a solvabilidade geralmente permaneceu em níveis aceitáveis, com destaque para o aumento significativo observado em 2019, particularmente para o MBIM, que registrou uma solvabilidade de 39,00%. No entanto, é importante notar que, em alguns anos, como 2020, houve uma redução na solvabilidade, indicando possíveis pressões sobre a capacidade das instituições de cumprir com as suas obrigações financeiras.

Ao relacionar o nível de *spread* bancário com o comportamento dos rácios de eficiência e solvabilidade, observa-se uma semelhança no padrão gráfico. Isso sugere que, no período entre 2015 e 2017, quando os rácios de eficiência e solvabilidade estavam em crescimento, o *spread* bancário também seguia essa tendência. No entanto, houve uma reversão desse cenário em 2017, seguida por uma mudança novamente em 2018. Curiosamente, de 2018 a 2019, os rácios tendiam a aumentar ao mesmo tempo que o *spread* bancário seguia uma tendência inversa.

Esse comportamento contraditório sugere que os rácios de eficiência e solvabilidade não determinam directamente o *spread* bancário em Moçambique. Normalmente, era de se esperar uma relação inversa, onde um rácio de eficiência menor e uma solvabilidade robusta poderiam levar a *spreads* bancários mais baixos devido a menores custos operacionais e riscos percebidos. No entanto, a análise dos dados mostra uma correlação inconsistente, indicando que outros factores também influenciam significativamente o *spread* bancário no País.

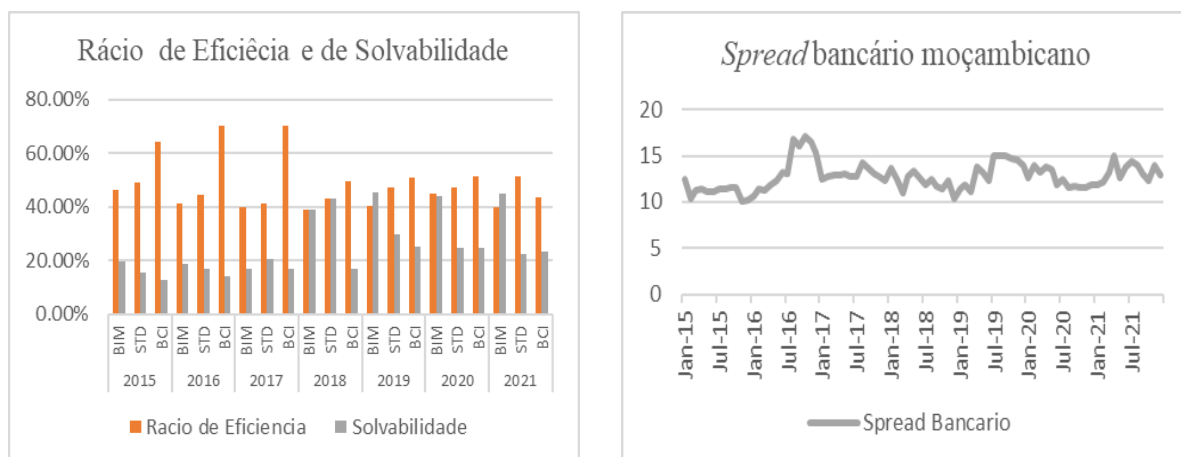


Gráfico 8: Rácio de Eficiência e Solvabilidade Vs *Spread* Bancário Moçambicano

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do (BancoMoc, 2022) & (AMB & KPMG, vários anos)

CAPÍTULO IV: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Ao longo deste trabalho, foram analisados os determinantes do *spread* bancário na conjuntura económica do mercado moçambicano entre os anos de 2015 a 2021. O *spread* bancário, como diferença entre as taxas de juros de captação e aplicação, é um indicador essencial que impacta o acesso ao crédito, o custo do financiamento e, conseqüentemente, o desenvolvimento económico de um País.

A pesquisa identificou diversas variáveis que influenciam o *spread* bancário em Moçambique. Entre os principais determinantes, destacam-se factores macroeconómicos como as taxas de juro do mercado monetário, a inflação e o crescimento económico. Também se destacam os factores microeconómicos, como o índice de crédito malparado, o rácio de eficiência e a solvabilidade.

No período analisado, foram observadas oscilações no *spread* bancário, influenciadas por choques económicos internos e externos. A conjuntura económica durante esses anos foi desafiadora, com altos e baixos no crescimento do PIB, instabilidade cambial e mudanças nas políticas monetárias. Esses factores tiveram impacto directo na dinâmica do *spread* bancário, afectando a disponibilidade de crédito e as condições financeiras para empresas e consumidores.

Observou-se também que o estado da economia tem um impacto directo nos níveis do *spread* bancário. Em anos de boa dinâmica económica, os *spreads* bancários tendem a ser mais baixos, reflectindo a confiança das instituições financeiras e a disponibilidade de crédito a taxas mais favoráveis.

Por outro lado, em momentos de crises económicas, como o caso específico da pandemia da Covid-19 em 2020, as instituições financeiras enfrentaram desafios e falta de demanda por crédito, levando as mesmas a praticar *spreads* mais baixos como forma de estimular a economia, dando a entender que nem sempre em momentos de crises, a política a ser adoptada é a restritiva (aumentando as taxas de juro), porque, se com boa dinâmica económica, os *spreads* tendem a ser mais baixos, o lógico seria o inverso, ou seja, má dinâmica económica com *spreads* altos, mas não foi o que aconteceu durante a pandemia, necessariamente para estimular o consumo e o investimento de modo a revigorar a actividade económica do País.

Outro factor relevante é o perfil dos clientes, onde os bancos ajustam as taxas de juro com base na análise de risco dos tomadores de empréstimos, análise essa que é fundamentada pela Central de Registos de Crédito (ou Central de Risco de Crédito). Clientes com maior risco

tendem a ser concedidos empréstimos com taxas mais altas, enquanto que clientes considerados mais seguros tendem a beneficiar-se de melhores condições de crédito, com taxas mais baixas.

Medidas de política monetária, como a introdução da MIMO, tentaram reduzir os impactos negativos, mas os desafios estruturais do sector bancário persistem. A falta de diversificação da economia, combinada com a dependência de sectores vulneráveis, aumentou o risco financeiro, forçando os bancos a praticar *spreads* elevados como medida de protecção.

Destacam-se algumas medidas que podem ser adoptadas para reduzir o *spread* bancário em Moçambique, tais como:

- Aumentar a concorrência no sector bancário, incentivando a entrada de novos operadores;
- Reduzir os custos operacionais por meio de inovação e digitalização de processos bancários;
- Fortalecer a gestão de risco de crédito, melhorando a CRC para reduzir inadimplências;
- Desenvolver políticas públicas que incentivem a diversificação da economia e mitigação de riscos externos, reduzindo as barreiras para o financiamento em sectores estratégicos, como o agrícola, energético, tecnológico e industrial.

Em síntese, a compreensão profunda dos determinantes do *spread* bancário é essencial para aprimorar o ambiente financeiro e facilitar o acesso ao crédito em Moçambique. A implementação das recomendações propostas contribuirá para a construção de um sistema bancário mais eficiente e inclusivo, capaz de promover o desenvolvimento sustentável da economia.

BIBLIOGRAFIA

- AMB, A. M. D. B., & KPMG, A. e C. (2021). *Pesquisa sobre o Sector Bancario*.
- Angbazo, L. (1997). *Commercial bank net interest margins, default risk, interest-rate risk, and offbalance sheet banking* (3rd ed., Vol. 21). Journal of Banking and Finance.
- Berho, R., Chelengo, M., Jones, S., Keller, M., Ibraimo, Mussagy, I. H., Seventer, D. van, & BM, B. de M. (2023). *Quadro B. Categorias de Dados e Indicadores Sector Financeiro: Categoria de Dados: Taxas de juro*.
- Carvalho, F., & et al. (2000). *Economia Monetária e Financeira: teoria e política*. São Paulo: Campus
- De la Torre, A., Claessens, S., Vivanco, A., Nakane, M., Rigobon, R., Kiguel, M., & Seynabou Sakho, Y. (2006). *Brazil: Interest Rates and Intermediation Spreads*. World Bank Group.
- De Nicolo, G., Geadah, S., & Rozhkov, D. (2003). *Bridging the great divide: Poorly developed financial systems in the CIS-7 countries may jeopardize their sustained growth*. Finance and Development.
- Demirgüç-Kunt, A., Laeven, L., & Levine, R. (2004). *Regulations, market structure, institutions, and the cost of financial intermediation* (3rd ed., Vol. 36). Journal of Money, Credit, and Banking.
- Demirguc-Kunt, A., Leaven, L., & Levine, R. (2003). *The impact of bank regulations, concentration, and institutions on bank margins*. World Bank Policy Research Working Paper.
- Fisher. (1930). *The Theory of Interest, as Determined by Impatience to Spend Income and Opportunity*.
- Folawewo, A., & Tennant, D. (2008). *Determinants of Interest Rate Spread in Sub-Saharan African Countries: A Dynamic Panel Analysis*. African Econometrics Society Conference.
- Gelos, M. G. (2006). *Banking Spreads in Latin America*. IMF Working paper.
- Gil, A. C. (2002). *Como Elaborar Projetos de pesquisa* (quarta edição). Atlas.
- horvath, R. (2009). *The Determinants of the Interest Rate Margins of Czech Banks, Czech Journal of Economics and Finance* (Vol. 59).

- Keynes, J. M. (1936). *The General Theory of Employment, Interest, and Money*.
- LEAL, R. M. (2007). *Estrutura e determinantes do spread bancário no Brasil após 1994: Uma análise da literatura empírica*. PAULA, L. F.; OREIRO, J. L. (Org.).
- LOPES, L. M., & VASCONCELLOS, M. A. S. (2014). *Manual de Macroeconomia* (3rd ed.).
- Maudos, J., & Fernandez de Guevara, J. (2004). *Factors explaining the interest margin in the banking sectors of the European Union*. *Journal of Banking & Finance* (28th ed.).
- MEF, M. da E. e F. (2014). *Relatório da Dívida Pública*. Maputo: MEF
- Nazarian, R., & Hashemi Nejad, A. (2010). *Factors affecting the interest rates on the profit*, *Journal of Economic Sciences*, (3rd ed., Vol. 1).
- BM, B. de M. (2023). *Áreas de atuação do mercado monetário moçambicano* <https://www.bancomoc.mz/pt/areas-de-actuacao/mercados/mercado-monetario/>.
- BM, B. de M. (2024). *Áreas de atuação do mercado monetário e crédito por sector de actividade*. <https://www.bancomoc.mz/pt/areas-de-actuacao/estatisticas/dominios-e-indicadores-estatisticos/estatisticas-de-credito/credito-por-sector-de-actividade-janeiro-de-2024/>.
- Brock, P. L., & Suarez, L. R. (2000). *Understanding the behavior of bank spreads in Latin America*.
<https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.452.5617&rep=rep1&type=pdf>;
- Castelo, V., Dique, S., & Magaia, R. (2019). *Impacto do ciclone IDAE no tecido Empresarial e Medidas de intervenção para recuperação- CTA*.
<https://cta.org.mz/download/impacto-do-ciclone-idae-no-tecido-empresarial-e-medidas-de-intervencao-para-recuperacao/>
- Dantas, J. A., Medeiros, O. R., & Capelleito, L. R. (2012). *Determinantes do spread bancário ex post no mercado brasileiro*. SciELO.
<https://www.scielo.br/j/ram/a/XV489LRtPjptRY5fpKvPbHR/abstract/?lang=pt>
- Ho, T. S. Y., & Saunders, A. (1981). *The Determinants of Bank Interest Margins: Theory and Empirical Evidence*. (16th ed.). *The Journal of Financial and Quantitative Analysis*.
<https://doi.org/10.2307/2330377>
- INE (2014). *Anuário Estatístico*. file:///C:/Users/user/Downloads/Anuario_2014_Net_.pdf

- INE (2023). *Estatísticas*. INE. https://www.ine.gov.mz/estat%C3%ADsticas/-/document_library/pfpz/view/44479
- INP, I. N. de P. (2014). *Descobertas e Campos nos Reservatórios do Oligoceno, Leque Inferior*. <https://www.inp.gov.mz/pt/Pesquisa-Producao/Descobertas-na-Bacia-do-Rovuma/Descobertas-e-Campos-nos-Reservatorios-do-Oligoceno-Leque-Inferior>
- Klein, M. A. (1971). *A Theory of the Banking Firm*. *Journal of Money, Credit and Banking* (3rd ed.). <https://doi.org/10.2307/1991279>
- Levin, J. (1987). *Estatística Aplicada A Ciências Humanas | PDF | Preconceitos | Sociologia*. Scribd. <https://pt.scribd.com/document/359140538/Jack-Levin-Estatistica-Aplicada-a-Ciencias-Humanas>
- Melembe, B. M. (2018a). *Os determinantes do spread bancário em Moçambique: 2008-2016*. <http://www.repositorio.uem.mz:8080/jspui/handle/258/161>
- Melembe, B. M. (2018b). *Os determinantes do spread bancário em Moçambique: 2008-2016* [Thesis]. <http://www.repositorio.uem.mz:8080/jspui/handle/258/161>
- Mocambique, B.d. (2015). *Banco de Mocambique*. Obtido de Infograficos: <https://www.bancomoc.mz/pt/areas-de-actuacao/estatisticas/dominios-e-indicadores-estatisticos/estatisticas-monetarias/serie-longa-do-credito-a-economia/>
- Oreiro, J. L. da C., Paula, L. F. de, Silva, G. J. C. da, & Ono, F. H. (2006). *Determinantes macroeconômicos do spread bancário no Brasil: Teoria e evidência recente*. *Economia Aplicada* (10th ed.). <https://doi.org/10.1590/S1413-80502006000400007>
- Tarp, F. (2021). *O impacto macroeconómico da COVID-19 em Moçambique: Uma abordagem baseada na matriz de contabilidade social*. <https://igmozambique.wider.unu.edu/pt/working-paper/o-impacto-macroeconomico-da-covid-19-em-mocambique-0>
- Ugwuegbe, U., Obidike, P. C., & Ejeh, G. C. (2015). *The impact of interest rate spread on the performance of the nigerian banking industry*. <https://doi.org/10.13140/RG.2.1.2720.8800>
- Wong, K. K. P. (1996). *The Determinants of Bank Interest Margins Under Credit and Interest Rate Risks*. <https://ssrn.com/abstract=7797>
- Yu, H. (1995). *The Determinants of Interest Rate Margins: Empirical Evidence on the Canadian Banking Industry* (4th ed., Vol. 7). *International Journal of Finance*.

